



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**REPRESENTAÇÕES DA MÍDIA SOBRE A FAVELA:
ANÁLISE DO RIO SEM FRONTEIRAS DO JORNAL O DIA.**

FERNANDA COSTA TÁVORA DE CASTRO

RIO DE JANEIRO

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**REPRESENTAÇÕES DA MÍDIA SOBRE A FAVELA:
ANÁLISE DO RIO SEM FRONTEIRAS DO JORNAL O DIA.**

Monografia submetida à Banca de Graduação como
requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social/ Jornalismo.

FERNANDA COSTA TÁVORA DE CASTRO

Orientadora: Prof. Dr. Paulo Roberto Gibaldi Vaz

RIO DE JANEIRO

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia Representações da mídia sobre a periferia: análise do *Rio Sem Fronteiras do Jornal O Dia*, elaborada por Fernanda Costa Távora de Castro.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Gibaldi Vaz
Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação – UFRJ
Escola de Comunicação – UFRJ

Co-orientador: Prof. Pedro Pereira Barreto
Mestre em Comunicação pela Escola de Comunicação – UFRJ
Escola de Comunicação - UFRJ

Prof. Dr. Muniz Sodré de Araújo Cabral
Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação – UFRJ
Escola de Comunicação – UFRJ

Prof. Dr. Marcio Tavares D’Amaral
Doutor em Letras pela Faculdade de Letras - UFRJ
Escola de Comunicação – UFRJ

RIO DE JANEIRO

2016

FICHA CATALOGRÁFICA

TÁVORA, Fernanda Costa.

Representações da mídia sobre a periferia: análise do *Rio Sem Fronteiras* do *Jornal O Dia*. Rio de Janeiro, 2016.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação
– ECO.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Gibaldi Vaz

Co-orientador: Prof. Pedro Barreto Pereira

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos meus pais, por todo o amor, carinho e cuidado que sempre tiveram por mim. Aos meus avós maternos e paternos, por me darem lições de força e determinação as quais levarei por toda a minha vida. Dedico também este trabalho à minha irmã e amiga, que nós continuemos nos encontrando nas nossas diferenças.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais por me apoiarem desde o início nas minhas escolhas e por estarem sempre ao meu lado. Sem a presença deles e sem o suporte que eles me dão eu não chegaria nem na metade do caminho que eu alcancei até hoje.

Agradeço ao meu orientador Paulo Vaz e ao meu co-orientador Pedro Barreto Pereira, pela paciência e atenção. Sem o apoio e a confiança de ambos esse trabalho não teria nem começado.

Agradeço aos meus amigos, com quem divido histórias e anos de convivência e que sempre foram meu porto seguro nos momentos mais difíceis. A vocês, todo meu sorriso e gratidão.

Agradeço às minhas amigas da Escola de Comunicação da UFRJ, esse trabalho faz parte da minha jornada com vocês. Amor e gratidão.

Agradeço ao André, pelo incentivo durante esse período e por ter me escutado tantas vezes. Obrigada pelo amor e pelo carinho.

TÁVORA, Fernanda Costa. **Representações da mídia sobre a periferia: análise do *Rio Sem Fronteiras* do Jornal O Dia**. Orientadora: Paulo Roberto Gibaldi Vaz; Co-orientador: Pedro Pereira Barreto. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

Resumo

Este trabalho pretende observar as representações das favelas e das periferias da cidade do Rio de Janeiro, tendo como ponto de partida a iniciativa da editoria o “Rio Sem Fronteiras”, do jornal O Dia. A intenção é mostrar como um projeto, dentro de um jornal de grande circulação na cidade, se propõe a observar as áreas periféricas: quais são os destaques, influências. Para isso, o trabalho faz uma análise dos primeiros meses do ano de 2015, analisando quais os discursos se mantêm e quais são renovados de acordo com o contexto do período em que as matérias e reportagens foram produzidas.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. CEM ANOS DE FAVELA: AS REPRESENTAÇÕES DAS FAVELAS NO RIO E O IMAGINÁRIO POPULAR

2.1. Descobrimo a favela

2.2. Ditadura e remoções forçadas

2.3. Favela: década de 1980 - 2010

3. A COBERTURA MIDIÁTICA DAS FAVELAS NO RIO DE JANEIRO

3.1. Agenda Setting e Framing Analysis

3.2. Pacotes Interpretativos: Análise Beckett

4. O JORNAL O DIA

4.1. *Rio Sem Fronteiras*

4.2. Análise

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

7. ANEXOS

8. APENDICE

1. INTRODUÇÃO

A existência da favela é parte integrante da história da urbanização da cidade do Rio de Janeiro. Percebida, hoje em dia, como um “fenômeno tipicamente urbano”, o território da favela passou por diversas formas de representação desde a sua “descoberta” (VALLADARES, 2009, p.22), ainda na virada do século XIX para o século XX. Seja pelo contexto histórico, seja pela questão econômica, a favela e seus moradores se adaptaram, tanto quanto puderam aos processos de remoções, empreendidos principalmente durante o final da década de 1960 e ao longo de 1970, além do afastamento do território original e consequente quebra das redes sociais estabelecidas.

Apesar de, no início do século XX, a favela ter sido encarada como um problema para a urbanização da cidade, ela já estava irremediavelmente incorporada ao território da cidade. Durante anos a favela buscou seu lugar no espaço público, seja territorialmente, seja política e socialmente. Em toda a sua existência, a favela sempre foi vista em um contraste negativo com a chamada “cidade formal”. Nessa dualidade, implementada ainda no início do século passado, a favela sempre foi vista como local da desordem e da ausência, da falta de serviços públicos, afetando também a forma como o morador desse território é visto. Nas reportagens e notícias sobre a favela, de onde surgiram os primeiros relatos sobre a sua existência, o morador da favela é visto como “o outro”, sempre em oposição ao morador do asfalto. Mesmo que durante as décadas de 1930 e 1940, quando o samba passa a descer o morro e a intelectualidade passa a conhecer a favela, unindo culturalmente esses dois lados da cidade, o território da favela ainda é visto sob a ótica do afastamento em relação à cidade formal.

Essa dualidade é logo traduzida como o senso comum quando se fala do território das favelas e, por essa diferenciação, que esses territórios passam a ser vistos pela ótica do controle. Para manter a cidade em ordem, era preciso então controlar o território das favelas. A consequência disso são décadas de tentativas de domínio ao passo que os moradores da favela passam a se enxergar como sujeitos dos lugares onde moram, principalmente após as remoções forçadas, empreendidas em diferentes momentos desde a década de 1930 até a década 1970.

Pós-ditadura, a favela passa por um momento de reestruturação de lideranças dentro de seu território. Remoções já não fazem mais parte dos planos para a favela e

serviços básicos, ainda que em menor escala, passam a fazer parte do dia a dia dos moradores. É também durante esse período que começam a surgir grupos e lideranças nesses territórios. Contudo, o caráter dualista de observar a favela como uma parte desgarrada da cidade volta a ganhar força com o surgimento do tráfico de drogas, principalmente, da cocaína. A favela passa então a ser representada como o covil de bandidos e fonte de violência para o resto da cidade. Essas mudanças de discurso nas representações da favela são um exemplo claro de como o contexto histórico modifica a forma como uma parte da cidade costuma ser vista, sem levar em consideração os moradores desses locais. De sujeitos, os moradores das favelas são vistos como objetos de estudo de sua própria história, sendo observados ora como “bandidos”, ora como cidadãos passivos, dignos de compaixão e de uma política de piedade.

No entanto, na virada do século XX para o XXI, novas vozes se juntam à narrativa da cidade, quebrando essa barreira e fazendo com que os moradores se tornem sujeitos e não mais objetos passivos de interpretações arbitrárias. A entrada das Unidades de Polícia Pacificadora, projeto do Governo Estadual, que começou a ser implantado em 2008, também é um marco na forma como a favela passa a ser representada na cidade do Rio de Janeiro.

Este trabalho se propõe a analisar as representações atuais das favelas do Rio de Janeiro no projeto *Rio Sem Fronteiras*, do Jornal O dia, através da análise de matérias durante os meses de março e novembro de 2015. O projeto é coordenado pelo jornalista André Balocco, que pretende introduzir, nas páginas de um dos jornais mais lidos do Rio de Janeiro, uma nova visão da favela, indo contra o conceito de “Cidade Partida” perpetrado durante a década de 1990, no Rio de Janeiro.

O primeiro capítulo deste trabalho pretende traçar um panorama histórico das favelas da cidade do Rio de Janeiro e situar as representações sociais da favela em consonância com o período histórico da cidade. Esse primeiro passo é uma tentativa de compreensão de como as favelas tiveram as suas representações alteradas ao longo da história: desde a década de 1920, até 2010. E como algumas linhas de representação tem se repetido em maior e menor grau dentro do contexto histórico social. Divido em três fases, podemos afirmar que a favela passou por três caracterizações de acordo com o período histórico em questão. Na primeira, que vai da década de 1910 até a década de 1940, a favela é vista como algo estranho à cidade e responsável pelas mazelas urbanas

e de saúde da época. Nessa época, a favela é vista completamente separado da cidade, lar do atraso e da doença contrastando com a cidade do Rio de Janeiro e suas aspirações em se tornar um retrato da Europa dos trópicos.

As primeiras representações da favela, seguindo esse contexto, foram como forma de estimular a retirada desse pedaço da cidade que não condizia com o momento de modernização pelo qual passava a capital do Brasil à época. Nas décadas seguintes, mesmo com a oposição clara a favela, esses territórios continuam a crescer, atrelados também ao desenvolvimento da cidade, assim como as representações do território vão se modificando com o passar do tempo, de acordo com o contexto histórico.

No segundo capítulo, pensando o Jornalismo como forma de construir a realidade através do relatos de fatos e acontecimentos, abordo os conceitos da *frame analysis* (enquadramento) e *Agenda Setting* (agendamento), como elementos da construção da Comunicação. Usando autores como Erving Goffman, MacCombs e Márcio Porto, pretendo definir os dois termos como ferramentas na elaboração de notícias no jornalismo. Na segunda parte deste capítulo, pretendo traçar a influência do agendamento e enquadramento nas representações da favela ao longo dos anos pós-ditadura, quando a favela começa a ser vista e associada à violência na cidade e ao tráfico de drogas. Ainda neste mesmo capítulo, falo sobre o a análise criada pela autora Katherine Beckett e como funciona o conceito de pacotes interpretativos, estabelecido anteriormente por William Gamson em 1987 e, posteriormente, usado por Beckett para análise de notícias sobre crime e drogas nos Estados Unidos. A partir desse conceito, pretendo analisar o discurso das matérias selecionadas do projeto *Rio Sem Fronteiras* nos capítulos seguintes deste trabalho.

No terceiro capítulo deste trabalho, o último antes das considerações finais, faço uma breve explicação sobre o *Jornal O Dia* e como o projeto do Rio Sem Fronteiras começou a fazer parte do quadro editorial do jornal. Através de uma entrevista com um dos idealizadores do projeto, o jornalista André Balocco, esclareço quais foram as motivações para a criação do *Rio Sem Fronteiras*, seu contexto e seu funcionamento. Além disso, nesse mesmo capítulo, faço a análise de oito matérias do *Rio Sem Fronteiras*, durante os meses de março e novembro de 2015.

É na segunda parte deste capítulo que trabalho com os conceitos de pacotes interpretativos para analisar as matérias selecionadas do projeto do *Rio Sem Fronteiras*.

Para isso, recorro a uma adaptação dos pacotes interpretativos propostos por Becket (1997) e por Pereira (2012). Tendo em mente que cada pacote interpretativo tem uma *matriz de assinatura* que recorre as formas como o assunto é recorrentemente tratado e quais os elementos discursivos presentes. Analiso essas oito matérias tendo em mente que o projeto *Rio Sem Fronteiras* é uma iniciativa que tem como objetivo abordar as favelas do Rio de Janeiro fora do contexto de violência e do tráfico de drogas e que a presença e a voz dos moradores é uma constante nas reportagens do projeto. Durante a análise serão observados quais os pacotes interpretativos se encaixam nas reportagens, qual é a visão que prevalece, se o senso comum sobre a favela ou a quebra do paradigma de “Cidade Partida”, e qual o pacote interpretativo que se faz mais presente na totalidade das matérias.

2. CEM ANOS DE FAVELA: AS REPRESENTAÇÕES DAS FAVELAS NO RIO E O IMAGINÁRIO POPULAR

É durante o final do século XIX, e início do XX, que os primeiros relatos sobre a existência da favela começam a surgir na cidade do Rio de Janeiro. Como relata Lícia do Prado Valladares, em *A invenção da favela* (2009). Assim como aconteceu na Europa, os relatos sobre a "descoberta da pobreza" (VALLADARES, 2009), em sua grande maioria, não vieram de estudiosos das áreas sociais ou correlatas. Foram os jornalistas, engenheiros e sanitaristas da época que assinaram as primeiras descrições sobre a favela. Esse grupo, pertencente a uma classe mais abastada e que também era ligada ao governo, apontavam a favela como uma "mancha urbana", fonte de doenças e de problemas relacionados à violência e a estética na cidade.

Esses escritores e intelectuais, apesar de pertencerem a diferentes tendências ideológicas e políticas, ou perseguirem distintos objetivos em suas visitas aos morros, percebiam da mesma forma o que representavam tais áreas e seus habitantes no contexto da capital federal e da jovem República. Seus pontos de vista remetiam a um mesmo conjunto de concepções, a um mesmo mundo de valores e ideias. Suas representações convergiam para um estabelecimento de um arquétipo da favela, um mundo diferente que emergia na paisagem carioca em contracorrente à ordem urbana e social estabelecida, (VALLADARES, 2009, p.28)

Durante anos essa afirmação sobre a favela como uma parte descolada da cidade, fonte do mal, da doença e da desordem foram afirmadas e confirmadas pelas páginas de jornal da época e agendaram essa "preocupação" no dia a dia do cidadão comum.

2.1. Descobrindo a favela

Os relatos das origens das primeiras favelas do Rio de Janeiro remontam aos primeiros processos de ocupação urbanística da cidade e a "descoberta da pobreza" (VALLADARES, 2009). Em seu livro, Valladares explica como nos primeiros anos de experiência urbana como as descrições do que eram as favelas carregavam um discurso mais combativo, já que a "descoberta da favela", feita no final do século XIX, foi logo seguida por sua definição como problema.

O conhecimento estava submetido a uma finalidade prática: conhecer para **denunciar e agir**, conhecer para propor soluções, para melhor administrar e gerir a pobreza e seus personagens" (VALLADARES, 2009, 23-24, grifos meus).

Na década de 1920, o discurso médico-higienista e os projetos de urbanização da cidade, como o plano Agache, colaboraram para instaurar essa visão de uma cidade insalubre devido aos "miasmas", que segundo o pensamento da época, traziam doenças para os outros moradores da cidade, e a necessidade de se combater a razão dos problemas: a favela.

Segundo o pensamento difundido pelas autoridades e jornais da época, a favela atrapalhava o plano de urbanização da cidade e ameaçava a saúde da população. Uma das formas de representação desse tipo de visão, na época, eram as várias caricaturas que mostravam a favela como um “problema para a modernização da cidade” nos jornais e periódicos da época. Uma delas, a mais divulgada e que foi publicada na Revista *O Malho*, é a representação do Morro da Favella, uma das primeiras comunidades da cidade, como uma cabeça infestada de piolhos, representados pelos moradores, enquanto a figura de Oswaldo Cruz, com uma braçadeira da cruz vermelha, passa um pente fino na comunidade. (Figura: Anexo 1)

Com o passar dos anos, essa situação pouco se altera. Durante a década de 1930, mesmo com a aproximação cultural entre o “morro” e o “asfalto”, como por exemplo, a festa portuguesa da Penha, que aos poucos passa a reunir as primeiras rodas de samba da cidade, e a parceria entre Cartola e Noel Rosa, sambistas do morro e do asfalto respectivamente, no plano político os dois lados continuam afastados. A proibição do voto de analfabetos na época afasta os moradores das favelas da cidade da vida política. Mesmo durante o primeiro governo de Vargas, que tinha como projeto de governo a ligação com as classes trabalhadoras, a exigência de uma ocupação formal do mercado de trabalho, com carteira assinada, para os acessos aos benefícios do então governo, afastava a população da favela que, em sua maioria, não tinha ligação formal com as atividades que exerciam, Como destaca Marcelo Baumann Burgos em *Dos Parques Proletários ao Favela Bairro – as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro* (2006):

A isso que Wanderley G. dos Santos denominou “cidadania regulada”. Não por acaso, a única política habitacional então existente para a população de baixa renda. Organizada em 1933, beneficiava exclusivamente empregados

do ramo de atividades cobertas pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). A restrição ao direito de voto dos analfabetos e aos direitos sociais dos que estavam fora do mercado de trabalho formal explica a invisibilidade política das favelas até então. (BURGOS, 2006, p.27)

A lógica higienista continuava presente no pensamento político da época, com o código de obras de 1937. As comunidades eram vistas como uma “aberração” (BURGOS, 2006, p.38) no plano de urbanização da cidade, e precisavam ser removidas, além de afirmar que era preciso controlar o território das favelas, evitando com que aumentassem de tamanho, e barrando a criação de outras comunidades. Surge então a criação dos parques proletários, iniciativa efetivada no início da década de 1940.

Segundo Valladares, apesar da manutenção da política higienista, presente no Código de Obras de 1937, a favela passa a ser vista como parte integrante da cidade. Ainda que apoiada na lógica das remoções, a política agora era de contenção dos espaços já ocupados. É nesse momento que surge a necessidade de se conhecer melhor o território das favelas e seus habitantes, mas não sob uma lógica de participação na dita “cidade formal”, mas como forma de controle desses territórios.

A perspectiva higienista que havia acompanhado os discursos anteriores permanece, mas com uma nova inflexão: o reconhecimento do fato, da existência das favelas e da necessidade de melhorar as condições de vida dos favelados, contrariando a solução única de sua destruição anteriormente proposta. (VALLADARES, 2009, p.52)

Mesmo com esse reconhecimento, a política de exclusão continuava, com uma abordagem sanitaria. Entre as soluções proposta está o primeiro plano oficial voltado para as favelas, elaborado pelo então diretor do Albergue da Boa Vontade, Vítor T. Moura, a pedido da Secretaria Geral de Saúde do Distrito Federal.

Entre outras medidas, Moura sugere: a) controle da entrada, no Rio de Janeiro, de indivíduos de baixa condição social; b) o retorno de indivíduos de tal condição para seus estados de origem; c) a fiscalização severa das leis que proíbem a construção e reformas de casebres; d) a fiscalização dos indivíduos acolhidos pelas instituições de amparo e; e) a promoção de forte campanha de reeducação social entre os moradores das favelas, de modo a corrigir hábitos pessoais e incentivar a escolha de melhor moradia (BURGOS,2006, p. 28)

Ou seja, mesmo que a favela tenha sido reconhecida, não foi exatamente para ser incluída como parte da cidade, mas sim para ser controlada. Uma das medidas do governo, ao criar os parques proletários, que passariam a abrigar os moradores das favelas, era que esses moradores passassem por uma triagem onde era preciso ter atestado de bons antecedentes e, além disso, deveriam se submeter a aulas de lições de

moral. Os habitantes das favelas eram vistos como “pré-cidadãos”, “almas necessitadas de uma pedagogia civilizatória” (BURGOS,2006, p.29). São criados, então, três parques proletários, entre 1941 e 1943, nos bairros da Gávea, Leblon e Caju.

Com essas mudanças, os moradores das favelas começam então a se articular para que seus direitos sejam garantidos, ainda que a participação política não seja oficial, já que o direito de voto dos analfabetos não era garantido, mesmo com a instituição de uma nova Constituição, a de 1946, esse tópico é mantido. Ainda em 1946, como forma de controlar as organizações dos próprios moradores, é criada a Fundação Leão XIII, com base na Igreja Católica, como forma de barrar uma suposta “ameaça comunista”. A influência da Fundação de caráter religioso se estendeu às 34 comunidades do Rio, indo de 1947 até o ano de 1953.

Ao invés do conflito político, promete o diálogo e a compreensão; ao invés da luta pelo acesso e bens públicos, o assistencialismo; no lugar da crítica, a resignação; em vez do intelectual orgânico, a formação de lideranças tradicionais (BURGOS, 2006, p.29)

Contudo, com o passar dos anos, o capital cultural da favela passa a ser valorizado pelos segmentos de classe média da cidade, além da ligação entre lideranças originais do território com alguns partidos políticos da época. É dessa aproximação que a favela começa a ganhar uma identidade positiva “e estabelecem contatos mais largos com a cidade, fora do controle do Estado e da Igreja” (BURGOS,2006, p.31).

Logo, a Fundação Leão XIII deixou de ser interessante para o governo e para a igreja da época. O contato dos intelectuais com a favela e a aproximação cultural contribuiu para uma “politização do problema favela”, o que exigiu um aprofundamento do trabalho do governo e da igreja junto às comunidades. Em 1955, a Igreja Católica cria a Cruzada de São Sebastião e, no ano seguinte, o governo municipal cria o Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas, o Serfha.

Em ambos os casos, estão em jogo iniciativas que procuram articular o controle político a uma pauta mínima de direitos sociais referentes a problemas de infraestrutura. O Serfha teria atuação modesta até 1960, limitando-se a apoiar as duas instituições da Igreja. Quanto a Cruzada São Sebastião, à diferença da fundação Leão XIII, buscava reunir de forma mais concreta urbanização e pedagogia cristã, vendo nisso ‘a condição mínima de vivência humana e elevação moral, intelectual, social e econômica. (Ibidem, p.30)

Diferente da Fundação Leão XIII, que criava lideranças dentro das comunidades através do viés religioso, a Cruzada São Sebastião se propunha a ser uma ligação direta entre a voz dos moradores e o governo da época. Mesmo assim, em 1957, os moradores das favelas chegaram a criar uma organização autônoma, longe das organizações que, até então, administravam esses territórios. A Coligação dos Trabalhadores Favelados do Distrito Federal foi fundada com o intuito de melhorar a condição de vida dos moradores das favelas do Rio.

A presença desse novo interlocutor indica que a categoria *favelado*, originariamente forjada para identificar negativamente os excluídos e justificar ações civilizatórias arbitrarias do Estado e da Igreja, estava sendo requalificada. Com presença informal no mercado de trabalho e, portanto, desconectada da luta operária, a categoria favelado emprestava uma identidade coletiva aos excluídos, dando-lhes maior possibilidade de lutar por direitos sociais (BURGOS, 2006, p.31)

É entre o final da década de 1950 e 1960 que as representações da favela e dos moradores passam a se modificar. Segundo Valladares, dois traços característicos das representações da favela passam a tomar forma: “a valorização da favela enquanto comunidade e a inauguração de um verdadeiro trabalho de pesquisa de campo” (VALLADARES, 2009). É durante esse período, mais precisamente, em 1960, que *O Estado de S. Paulo* encomenda uma pesquisa sobre as favelas do Rio de Janeiro. O estudo, intitulado “Aspectos humanos da favela carioca” e publicado no último ano do Rio como Capital Federal da República, foi encomendado pela Sociedade de Análise Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (Sagmacs) e se tornou uma fonte de informações para os pesquisadores da área. Ainda segundo Valladares, essa pesquisa, encomendada por um jornal de São Paulo, pode ser analisada sob dois aspectos. A primeira era o desejo de desestabilizar a política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, que na segunda metade da década de 1950, era atacada pelos políticos udenistas, de oposição ao governo, e pelo próprio jornal *O Estado de S. Paulo*, devido a construção de Brasília – que era vista como algo economicamente desastroso pelo jornal.

Os editoriais e os artigos defendiam a ideia de que era preferível investir os milhões, dispensados inutilmente no projeto de Brasília, lutando contra a pobreza no Rio de Janeiro. De fato a pobreza não parava de crescer, ameaçando cada dia mais os bairros ricos da capital e, conforme já vimos, há bastante tempo as favelas constituíam um importante tema do debate político (VALLADARES, 2009, p.87)

Segundo Valladares, o estudo encomendado pelo *Estado de S. Paulo* daria base aos argumentos do jornal contra a política de Kubitschek. Além disso, pode-se analisar a pesquisa pelo lado da competição entre as duas cidades: São Paulo e Rio de Janeiro. Enquanto São Paulo crescia cada dia mais como polo industrial do país, o Rio mantinha o posto de pólo cultural, tentando manter a imagem de Cidade Maravilhosa, título que ganhou na década de 1940, e se firmando como indústria turística do país. Contudo, uma pesquisa que mostrasse os níveis de pobreza do Rio de Janeiro traria um desequilíbrio na balança, colocando o Rio em posição inferior à cidade de São Paulo. A pesquisa durou três anos e foram estudadas 16 favelas da cidade. Elementos como a disposição cartográfica dos locais, níveis de escolaridade dos moradores, taxas de natalidade, migração e urbanização desordenada do Rio são estudadas nessa pesquisa. Além das questões que envolvem o processo de apropriação capitalista do solo urbano, a capacidade limitada do mercado de trabalho na absorção de mão de obra, comparações entre o custo de vida e os salários e os preços elevados do mercado habitacional são elementos que também foram levados em consideração neste estudo para a formação de favelas no território da cidade.

Já nesse período, entre o final da década de 1950 e início da década de 1960, o Governo começa a entender que apenas a atuação da Igreja não é o suficiente para manter o controle que era esperado dos territórios da favela. Era necessário entrar no campo político para que houvesse uma negociação com as então lideranças das favelas, que começavam a se formar. Para isso, o poder público revitaliza o Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (Serfha) que, devido a instituição do Estado da Guanabara, fica sob o comando de José Arthur Rios, que liderava a Coordenação de Serviços Sociais do Estado. Um dos pontos principais dessa revitalização do Serfha foi a aproximação com as favelas da cidade, fazendo com que, entre 1961 e 1962, 75 associações de moradores fossem criadas.

2.2. Ditadura e remoções forçadas – 1965 - 1973

Mesmo que a revitalização do Serfha tenha aproximado mais as favelas do Estado, a intenção era subordinar politicamente as lideranças locais, obrigando as associações a assinarem um acordo que as transformava mais em porta vozes das

intervenções estatais do que canal de diálogo com o Estado. Além disso, as favelas escolhidas para a revitalização da iniciativa eram aquelas que ainda não haviam se organizado politicamente, o que favorecia a ação do Serfha como cooptador de lideranças dessas áreas.

Apesar das limitações, o Serfha ainda dava certa independência e reconhecia os territórios da favela e seus moradores. Contudo a iniciativa não sobreviveu ao governo de Carlos Lacerda. Com marcas do governo anterior, quando Negrão de Lima era governador do Rio, Carlos Lacerda, então governador da cidade, esvaziou o Serfha ao passo que instituiu o projeto da Companhia de Habitação Popular (Cohab).

A Fundação Leão XIII também retorna, porém, como uma autarquia do Estado, não mais ligada a igreja. A Cohab e o retorno da Fundação Leão XVIII são o resultado da preocupação do governo com a articulação política dentro da favela. Como a Fundação Leão XIII já havia trabalhado nas favelas e com os moradores, ela passaria a exercer um papel de vigilância na questão política nas favelas. Em 1963 é criada a Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara (Fafeg), através de lideranças dos territórios, aumentando a articulação dos moradores da favela.

No entanto, ao mesmo tempo em que a política feita pelos moradores das favelas do Rio vai aumentando, mais o governo de Carlos Lacerda encontra medidas para diminuir essa articulação. Trabalhando com as perspectivas de urbanização e remoção das favelas, o Governo, com financiamento americano (USAID), constrói entre os anos de 1962 e 1965 conjuntos habitacionais para receber os moradores das favelas desocupadas, entre estes conjuntos estão a Cidade de Deus, Vila Aliança, Vila Kennedy e Vila Esperança, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que urbaniza algumas poucas favelas. A construção dos conjuntos habitacionais tinha o objetivo de remover moradores de certas favelas do Rio. No entanto, é em 1964, com o golpe civil-militar, que o governo de Carlos Lacerda assume as características remocionistas que já anunciava antes, ainda na década de 1940, quando era jornalista e assinava diversos artigos descrevendo a favela e seus moradores como “núcleo da desagregação social” e “malandros”, respectivamente. A esses artigos foi dado o nome de “Batalha das favelas” onde o futuro governador mostrava a sua visão negativa sobre a presença desse território na cidade e a necessidade das remoções, visão que ele pode aplicar quando se tornou governador do Rio, anos depois.

“Não obstante, com o golpe de 1964, criam-se as condições necessárias à aventura ‘remocionista’. Agora, para furar a resistência dos moradores das favelas, a essa altura representados pela Fafeg, o Estado colocaria soldados armados, como no traumático caso da favela do Pasmado, ocorrido ainda em 1964. Diante do que estava por vir, pode-se dizer a escala das remoções realizadas até 1965 foi modesta, embora tenha tingido cerca de 30 mil pessoas” (BURGOS, 2006, p.34)

Nas eleições para governador de 1965, mesmo após o golpe, o candidato da oposição, Negrão de Lima, da coligação PTB-PSD, vence o candidato da situação Flexa Ribeiro. Liderada pelo voto dos pobres, principalmente dos moradores de conjuntos habitacionais, a vitória de Negrão de Lima poderia ser um sinal de que o Serfha voltaria a ativa, já que foi criado durante a passagem do político pela prefeitura. No entanto, com o apoio da Fundação Leão XIII, antes pautada na pedagogia cristã, o governo passa a encarar a favela como “lugar do vício e da promiscuidade” (BURGOS, 2006, p.34).

Diante dessa reelaboração da identidade do *favelado*, nem mesmo a lógica de negociação baseada na cooptação de lideranças, experimentada no início dos anos 60 pelo Serfha, poderia ser implantada; afinal, ela fora desenvolvida tendo em vista uma outra identidade do *favelado*, aquela que vinha sendo politicamente construída e que, inclusive dera lugar a uma entidade federativa, a Fafeg. A polarização entre o mundo da ordem e o lugar da desordem devolve a representação da favela aos termos da década de 40, da favela como hábitat de indivíduos pré-civilizados, e, por isso, não cabe mais o diálogo com suas entidades políticas: a discussão sobre o que fazer com as favelas torna-se impermeável à participação de seus moradores (Ibidem, p.34-35)

Apesar do caráter de controle das favelas, estimulado pelo contexto da ditadura no país, Negrão de Lima chegou a autorizar um grupo de arquitetos, planejadores, economistas e sociólogos a criar a Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (Codesco). Essa iniciativa tinha como mote a posse legal da terra na favela, além de destacar a necessidade dos moradores da favela permanecer nos territórios que eram mais próximos de seu trabalho e melhoria dos serviços públicos. Brás de Pina, Morro União e Mata Machado foram as favelas selecionadas pela Codesco, tendo as duas primeiras sido concluídas.

Contudo, o caráter remocionista que o Estado já vinha adotando se fez mais forte com a criação da Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana (Chisam), tendo como objetivo ditar uma única política para todas as favelas do Rio e do então Estado da Guanabara.

Ao contrário da Codesco, que apostava na capacidade organizativa e participativa de moradores das favelas, a Chisam definia as favelas como um 'espaço urbano deformado', habitado por uma 'população alienada da sociedade por causa da habitação'; que não tem os benefícios de serviços porque não paga imposto'. Razão pela qual entendia que 'a família favelada necessitaria de uma reabilitação social, moral, econômica e sanitária; sendo necessária a integração dos moradores à comunidade, não somente no modo de habitar, mas também no modo de pensar e viver'. (BURGOS, 2006, p.36)

Durante esse período, volta-se ao raciocínio anterior de erradicação das favelas do território, dessa vez com uma forte oposição dos moradores da favela em conjunto com a Fafeg, que já contava com mais de cem associações de moradores em sua composição. Ainda no final da década de 1960, após a organização de dois congressos que reuniam os moradores das favelas em 1967 e 1968, a diretoria da Fafeg chegou a ser cassada pelo governo. O presidente da Fafeg foi preso e morto, para logo depois as eleições das novas chapas serem submetidas a avaliação da Secretaria de Segurança.

A consequência disso tudo é que, após o esvaziamento das lideranças, a Fafeg passa a ser apenas um fantoche na mão do Estado, assessorando o governo e "tendo poderes para indicar associações que possuem condições para receber auxílio financeiro do governo", (BURGOS, 2006, p.33). Muitas associações de moradores começaram a trabalhar em prol das remoções dentro do próprio território. Um exemplo disso é a favela do morro da Catacumba, que foi removida na década de 1970.

Com a chegada da ditadura civil-militar, a favela passou pelo seu período mais difícil. Além das remoções e do desaparecimento de lideranças, as associações passam a ser agora uma parte do Estado e não mais o canal de diálogo dos moradores. Apesar disso, o sentimento de resistência ainda era forte nas comunidades do Rio. Em 1972, a Fafeg chegou a organizar o III Congresso de Favelados do Estado da Guanabara, chamando a atenção para as remoções forçadas das comunidades que ainda tentavam resistir. Segundo, Burgos "tal resistência tornou o programa de remoções bastante custoso politicamente" (BURGOS, 2006, p.40) e, em 1975, ouve um esvaziamento do projeto remocionista. Resultado disso é que 52 favelas se mantinham em territórios onde, no asfalto, estavam as classes média e alta, como os bairros de Copacabana e da Tijuca.

Porém, não apenas a resistência dos *favelados* foi o motivo para o esvaziamento do projeto remocionista. Burgos afirma que parte do dinheiro reservado ao remocionismo das favelas passa a ser usado para investimentos nas classes médias e

alta. Se antes seriam usados R\$ 350 milhões pelo BNH, para a remoção das favelas, com a mudança do público-alvo dos investimentos, apenas R\$ 100 milhões passaram a ser investidos. Porém, foram cerca de 100 mil pessoas removidas durante um período de sete anos e 60 favelas removidas (entre 1968 e 1975)

Contudo, a questão da desarticulação das lideranças das favelas, que era uma das finalidades das remoções, foi alcançada de certa maneira. Como afirma Burgos, a perseguição, tortura e morte das lideranças das favelas, pelo regime militar, e a quebra da lógica social dos moradores dos territórios foi efetivada.

[...] a própria identidade coletiva dos excluídos, baseada na condição de *favelado*, parecia ter sido fragmentada pela presença de uma no categoria de excluído: o morador de conjunto habitacional. [...] Aos poucos, esse novo espaço ocupado por homens e mulheres oriundos de diferentes favelas, vai sendo simbolicamente reapropriado, dando lugar a novas identidades, herdando das favelas não apenas a sua sociabilidade, mas também a mesma distância em relação ao Estado e a institucionalidade política” (BURGOS, 2006, p.38)

2.3. Favela década de 1980 – 2010

A política agressiva de remoções, empreendida pelo governo de Carlos Lacerda, da segunda metade da década de 1970, resultou na desarticulação política dos moradores das favelas, como afirmado anteriormente. As redes que haviam começado a se consolidar desde a década de 1950 são destruídas e as lideranças das associações são subvertidas a meros porta-vozes do Estado dentro do território. Segundo Burgos, o resultado da “aventura remocionista” fez com que os moradores passassem a reproduzir o “modelo de dominação mais geral” e a “desfiguração do *favelado* como ator político”. Além disso, um vazio político toma conta das relações dentro da favela.

Nesse vazio, duas lógicas distintas, porém complementares, se vão impondo: de um lado o ressentimento gerado pelo “remocionismo” terrorista tende a distanciar a vida social das favelas e dos conjuntos habitacionais da vida política da cidade, tornando carente de legitimidade o poder público e suas instituições, aí incluídas as associações de moradores, em muitos lugares, confundidas com o Estado; de outro lado, desenvolve-se uma dinâmica clientelista, resultante de uma acomodação pragmática aos excluídos às oportunidades existentes num contexto constrangido pelo autoritarismo (Ibidem, p.39)

Essa dinâmica clientelista transforma a luta por diretos em disputa por favores, ao passo que o ressentimento afasta a vivência social da favela da questão política. Ao mesmo tempo, reforçando esse distanciamento, durante esse período, as políticas públicas em prol da favela, e agora dos conjuntos habitacionais, são quase nulas. As lideranças locais, tão desacreditadas da política quanto os moradores das favelas e dos conjuntos habitacionais, encara a dinâmica do clientelismo como uma forma, ainda que numa escala menor, de conseguir melhorias para a coletividade e, em alguns casos, vantagens pessoais. O fantasma do remocionismo acaba reforçando essa lógica:

[...] a essa altura, cada ‘migalha’ conquistada junto ao poder público, por intermédio do ‘político amigo da comunidade’. Também tinha como função latente a própria consolidação da favela: a iluminação de uma praça, o arruamento de uma via, instalação de tanques públicos, enfim, qualquer benefício, por pequeno que fosse, adquiria essa função latente de consolidação da favela (BURGOS, 2006, p.40)

No entanto, o remocionismo já não é mais uma carta na manga do Estado para lidar com essa parte da população. Com a distensão do regime militar, essa hipótese se torna cada vez mais distante da realidade das favelas, agora que o voto eleitoral volta ao jogo político.

Com o processo de abertura do regime militar, essa lógica clientelista começa a se dissipar, e o “ressentimento”, apontado por Burgos, passa a fazer parte do relacionamento entre o Estado e a favela. Um acontecimento que reflete essa situação e a criação de uma dissidência da Faferj, entidade responsável por mediar as negociações entre as favelas e o Estado. Enquanto a Faferj original mantém uma postura mais “apaziguadora”, afirmando que não é papel da entidade fazer “pressão no governo” por melhorias nas localidades, a dissidência da organização clama por uma posição mais ativa, afirmando que a “pressão não só é legítima, mas necessária”, rejeitando a tutela do Estado e apostando na autonomia. No entanto, essa posição seria refreada após as primeiras eleições para governador do Rio, após a abertura da ditadura.

Brizola é eleito governador do Rio de Janeiro em 1982. Visto como uma alternativa ao governo militar e a política clientelista que havia dominado o Estado na década anterior, Brizola venceu com uma grande quantidade de votos. Segundo Burgos, a eleição de Brizola, apesar de apresentar uma ruptura com a política da ditadura e, conseqüentemente, do remocionismo, não foi uma quebra total com o clientelismo da

década de 1970. No entanto, o político foi fiel ao voto que o elegeu, desenvolvendo uma agenda social voltada para as favelas.

Segundo levantamento realizado pela prefeitura no início dos anos 1980, apenas 1% das 364 favelas cadastradas era servido por rede oficial de esgoto sanitário completa (6% dispunha parcialmente do serviço); 6% possuíam rede de água total, e 13%, rede parcial, com caráter oficial; e em 92% das localidades, a única forma de esgotamento pluvial era a drenagem natural pelo terreno. A coleta de lixo só foi considerada suficiente em cerca de 17% das áreas faveladas (BURGOS, 2006, p. 41)

Diversos programas sociais foram implantados durante o governo de Leonel Brizola, desde infraestrutura para água, através do Proface da Cedae, a coleta de lixo e iluminação pública dentro das favelas. Um dos programas mais importantes foi o “Cada família um lote”, iniciativa para a regularização da propriedade nessas localidades. Outro lado do governo Brizola foi o apelo aos direitos humanos, com tentativas de mudar a postura da polícia civil e militar.

Porém, o afastamento e a apatia política causada pelo “ressentimento” (BURGOS, 2006) resultado da época das remoções foi um problema que passou despercebido. A dicotomia entre pobres e ricos criada durante o governo de Brizola também em nada colaborou para a inclusão e participação dos “excluídos” na política da época. Algumas estruturas de governos anteriores se repetiram, como aconteceu com dissidência da Faferj, que poderia ter sido uma alternativa no diálogo, foi inibida e sua lideranças cooptadas. Estabelecendo nessa relação a mesma lógica que guiava as associações de moradores da década de 1970, atribuindo funções às associações que originariamente seriam responsabilidade do Estado.

Outro reflexo da supressão de direitos das favelas do Rio de Janeiro da década de 1970 é o fortalecimento de grupos “paraestatais”: os grupos de jogo do bicho, que existiam desde 1970, mas ganham força na década de 1980, e o desenvolvimento de grupos ligados ao tráfico de drogas. A manutenção do aspecto clientelista e o afastamento do jogo democrático favorece o fortalecimento desses grupos. O fato de isso ter acontecido durante o governo de Brizola, fez com que o governador fosse apontado como o principal fortalecedor desses grupos.

É certo que, ao não tocar na cultura do ressentimento, mas, ao contrário, procurar nela uma base ideológica, o governo Brizola não encontrou parâmetros para se posicionar diante do avanço dos grupos paraestatais no mundo dos excluídos. Daí a acusação de que seu governo teria estimulado o desenvolvimento desses grupos, a qual, mesmo não devendo ser levada a

sério, acabou tendo papel importante na disputa eleitoral de 1986 e servindo à tentativa de ressuscitar a polícia repressiva dos tempos de ditadura, tal como seria ensaiado pelo governador eleito, Moreia Franco (BURGOS, 2006, p.43)

A entrada desses grupos adiciona mais um ingrediente a complexidade da favela. A ligação entre a interrupção de direitos que aconteceu durante a ditadura civil-militar no país e o aumento da violência desses territórios é notável. O distanciamento político (ressentimento) é um dos ingredientes para que os moradores das favelas fiquem longe do processo democrático do período de transição pós-regime militar. As redes de clientelismo são cada vez mais reforçadas, sejam elas vindas da legalidade ou da ilegalidade.

É evidente que nada disso explica a presença na cidade do tráfico de entorpecentes, afinal um fenômeno mundial, mas ajuda a entender sua arquitetura social no Rio de Janeiro. E como se vem propondo neste trabalho, o descompasso entre a política e a ordem social, no caso dos excluídos, não foi inventado pelo regime militar, mas foi aprofundado nesse período, que, aliás, interrompeu um movimento em direção contrária. (Ibidem, p.44)

Segundo Burgos, essas organizações se beneficiam do retraimento do Estado, e mantém a mesma lógica de repressão na década de 1970, que assim como o regime militar naquela época, atacam e matam as lideranças das favelas, inibindo a participação democrática dentro do território. Mesmo com o estabelecimento desses grupos durante a década de 1980, é durante esse período que o Estado tenta se fazer mais presente dentro do território da favela, mesmo assim porque a violência, antes presente apenas no território da favela, passa a se estender para o “asfalto”. O que acaba acontecendo também é uma ampliação no debate do modelo de cidade que se deseja para o Rio de Janeiro, e dessa vez, é preciso incluir a favela. O antigo discurso de que a favela é vista como um problema de saúde pública já não faz mais sentido, contudo, surge agora o discurso da segurança pública. Apesar do lema de democratização da cidade, a favela ainda é encarada como a fonte do mal que assola a cidade, creditando o fator violência à existência desses territórios. Além disso, com a escalada do domínio do tráfico nessas regiões, o discurso de inclusão e de diferenciação dos moradores dos ditos “traficantes” passa a ser uma linha tênue e a cobertura midiática começa a tomar novos ares, se afastando do mote dos direitos humanos, presente na década de 1980.

A entrada desses grupos paramilitares na lógica da favela e do tráfico de drogas cria o que Michel Misse (2011) chama de “territorialização” em seu artigo “Os

rearranjos de poder no Rio de Janeiro”¹. A presença desses grupos nos territórios das favelas e a constante associação do tráfico a representação da “violência urbana” na cidade fez com que as comunidades fossem associadas ao crime, durante a década de 1990 e início dos anos 2000. Essa lógica do território implica em diversos confrontos, seja dos traficantes com a polícia, seja entre traficantes que procuram conquistar a boca de fumo da favela rival.

A persistência de uma lógica de territórios indica, mais uma vez, a estabilização e fixidez, nessas áreas, das margens do Estado. Favela ou comunidade, não importa o eufemismo, o que se faz é reificar no território relações sociais de segregação e estigma, de desigualdade e repressão. (MISSE, 2011, p.7)

Segundo Misse, o caráter “territorial-político-militar” do tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro, que acaba se confundindo com o território das favelas da cidade, acaba por transformar esses territórios em pontos de sentimento de insegurança e/ou de investimentos em segurança pública. Esse aspecto abre as portas das favelas para iniciativas como os Grupamentos de Policiamento em Áreas específicas, os GPAEs, criados no governo Garotinho (entre 1999 e 2002).

Como o próprio nome admitia, tratava-se de uma estratégia policial para “áreas especiais”, territórios que seriam primeiramente “conquistados” dos traficantes e depois “controlados” por forças especiais localizadas fisicamente na área. (Ibidem, p.7)

No entanto, sem apoio político, essa primeira iniciativa encontrou o seu fim no final do mandato de Garotinho, mas abriu espaço para a presença das UPPs na cidade.

Antes de conquistar os territórios era preciso sitiá-los, vencer-lhes a resistência, abordá-los militarmente com apoio da mídia e da opinião pública. O desafio da permanência agora não é, como se supõe, o de “levar políticas públicas” para os territórios, mas – por paradoxal que pareça – desterritorializá-los, isto é, integrá-los como bairros normalizados à cidade, dissolvê-los enquanto “territórios”, inclusive “territórios de UPPs”. (Idem, p.7)

¹ MISSE, M. Rearranjos de Poder no Rio de Janeiro. Le Monde Diplomatique (Brasil). 2011. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=959>

3. A COBERTURA MUDIÁTICA DAS FAVELAS NO RIO DE JANEIRO

A mídia, seja ela impressa, digital ou televisionada, exerce um grande papel na construção do imaginário social e de interpretações da realidade dentro da sociedade. Tendo isso em mente, é possível afirmar que a imprensa carioca tem exercido um papel importante na criação e representação da favela dentro da cidade do Rio de Janeiro, desde sua “descoberta” (VALLADARES, 2009). É preciso ressaltar também que a convivência entre o “morro” e o “asfalto” sempre foi marcada por embates, no campo social e político, transformando esses espaços disputas de visões de mundo diferentes.

A política higienistas da década de 1920, e as remoções arbitrárias da década de 1970 são um exemplo claro desse embate constante, assim como as primeiras articulações dos moradores das favelas da cidade mostram que esses indivíduos também são sujeitos nessas mudanças, de certa forma. Assim como esses fatores, a cobertura jornalística em cada período também exerceu influência sobre como a favela e seus moradores eram enxergados pela opinião pública. No entanto, na maioria dos casos, apenas para confirmar a visão e o senso comum dos outros moradores da cidade sobre aqueles que ocupavam esses espaços, como destaca Pedro Barreto Pereira (2012) em sua dissertação de mestrado:

[...]desde o final do século XIX, quando surgiram as primeiras favelas da cidade a que se tem registro, os veículos da imprensa carioca passaram a retratar o cotidiano dessas comunidades como locais onde abundam a pobreza, a doença a ilegalidade e o crime, fatores que representam o *risco* para os moradores das classes média e alta da cidade. Em consequência, os moradores dos chamados *aglomerados subnormais* são constantemente retratados como potencialmente perigosos, justamente por sua condição de alteridade em relação ao morador do asfalto, este sim, cidadão com plenos direitos garantidos pelas instituições de Estado. (PEREIRA, 2012, p.14)

A antiga visão, da década de 1940 e 1950, de que a favela é a fonte dos problemas na cidade, se mantém. Segundo Jailson de Souza e Silva, Geógrafo, doutor em educação e professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), no artigo *Um espaço em busca de seu lugar*², mostra como a favela é vista como um local de vazios,

² __ Artigo disponível no link: http://iets.inf.br/biblioteca/Um_espaco_em_busca_de_seu_lugar.PDF
Acessado em 4 de novembro de 2015.

sendo representada por aquilo que não tem e por aquilo que não é. Um exemplo disso é que os próprios moradores da Maré, comunidade citada por Souza em seu artigo, não consideram a localidade como um bairro, mesmo que esta se encaixe no conceito descrito pelo IBGE, já que serviços básicos como o saneamento básico e o calçamento de ruas, ainda são precários na Maré, o que a tornaria distante do resto da cidade. Souza destaca: “a favela é definida pelo que ela não é ou pelo que não tem” (SOUZA E SILVA, 2002, p.4)

No imaginário da cidade “formal” está presente conceito de que a favela se traduz como um lugar de “ausências” de serviços públicos básicos como água, esgoto, luz, e de infraestrutura adequada. Além disso, a “homogeneização” do espaço e dos moradores, englobando todas as diferenças territoriais e sociais em um único pacote: o da criminalidade e da precariedade.

Persiste, entretanto, no imaginário dos moradores da cidade, em particular os residentes nos espaços formais – e por consequência entre autoridades públicas, uma representação das favelas (e dos favelados) nos termos de sua representação nas décadas de 40 e 50. A percepção anacrônica dos espaços populares foi, inclusive, ampliada, de forma que não só as ocupações continuaram a ser percebidas como um espaço de ausências – urbanas, sociais, legais e morais. Os grandes conjuntos habitacionais, construídos pelo poder público no encaminhamento da política remocionista, apresentam-se no imaginário dos moradores da cidade como favelas, embora tenham características, no plano da paisagem, distintas das definições propostas. (SOUZA E SILVA, 2002, p5-6)

O que vemos, frente às definições midiáticas desse espaço, é uma manutenção dessa visão de que a favela é uma parte da cidade que não corresponde à chamada cidade formal e que se faz necessária a intervenção do Estado. Afinal, um espaço preenchido por “vazios” pode ser preenchido com outras questões que melhor cabem a quem está em posição de poder. Como destaca Burgos, a favela se torna então o bode expiatório da cidade, é dela que surgem os problemas. Assim, desde os problemas de saúde e urbanização, do início do século XX, até questões como a violência, que surgiram com o fim da ditadura, que a favela surge como causa do mal que assola a cidade. Na década de 1990 com o fortalecimento de grupos para estatais (bicheiros e traficantes) dentro desses territórios, a favela passou a ser a fonte da violência na cidade.

No mês de dezembro/2000, a revista Veja expressou em uma de suas capas esse juízo, marcado pelo temor: acompanhado da manchete “a periferia cerca a cidade”, apresenta-se uma imagem na qual as construções de alvenaria, em cor escura –remetendo à visão de formigas saúvas em movimento - vão

devorando gradativamente prédios brancos e limpos. O exemplo, recorrente nos meios de comunicação, é ilustrativo do temor, atávico em amplos setores sociais do Rio de Janeiro e outras metrópoles, de que o *Morro desça* e a cidade seja dominada pelo caos. (SOUZA E SILVA, 2002, p.7)

No artigo, "Mídia e Enquadramento: as representações da favela na virada do século XXI"³ Paulo Vaz e Carla Baiense fazem uma análise das páginas do Jornal O Globo da década de 1980 e de 2010, dois anos após a introdução das Unidades de Polícia Pacificadora no Complexo do Alemão, na Zona Norte do Rio de Janeiro.

A partir dessa análise, os autores procuram mostrar que a construção da imagem das favelas no imaginário carioca é pautada também pelo contexto histórico e social do momento. Segundo Vaz e Baiense, durante a década de 1980, mais especificamente tendo como ponto de partida o ano de 1984, grande parte dos jornais noticiava a crise econômica pela qual o país estava passando e o Rio era retratado como "uma cidade a beira do caos". De acordo com o artigo de Vaz e Baiense o sistema de saúde precário, escolas públicas abandonadas, funcionalismo público insatisfeito e as constantes greves eram os temas da maioria das reportagens: "Os serviços tradicionalmente prestados pelo estado entravam em colapso no Rio e o retrato da situação era apresentado todos os dias em grandes reportagens" (VAZ & BAIENSE, 2011, p.3).

Problemas como o aumento da violência, aumento das taxas de roubos e furtos e o crescimento da informalidade eram associados com a crise do desemprego e a diminuição do poder de compra da população. As reportagens da época incentivavam também o surgimento das manifestações da população contra o governo. Em 1984, o Brasil ainda estava sob a sombra da ditadura militar e, segundo Vaz e Baiense, os jornais mostravam cada vez mais as mazelas associadas ao regime e afirmando que a reforma política se fazia cada vez mais necessária.

Partindo desse contexto histórico de crise, o artigo mostra que durante esse período as reportagens ainda não tratavam a favela como uma questão de segurança pública. As reportagens carregavam, predominantemente, um teor de "local carente", com matérias que abordavam a falta de atuação de serviços públicos dentro das

³ Paulo Vaz e Carla Baiense. Artigo publicado no 8º Encontro Nacional de História da Mídia, no ano de 2011. Disponível em <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/8o-encontro-2011-1/artigos/Midia%20e%20enquadramento%20as%20representacoes%20da%20favela%20na%20virada%20do%20seculo%20XXI.pdf/view> Acessado em 5 de agosto de 2015.

comunidades cariocas. Sobre as matérias publicadas nesse período pelo jornal O Globo, Vaz aponta:

Em relação às questões públicas agendadas nas matérias analisadas, vê-se uma predominância de temas sociais: Emprego (19%), Habitação (19%), Saúde (8%), Direitos Humanos (4%). O enquadramento destas questões nas matérias analisadas constrói a favela como lugar de carência. Esta foi uma referência bastante comum na construção da representação da favela. Tão comum a ponto de naturalizar-se. (VAZ & BAIENSE, 2011, p.5).

Partindo dessa análise, Vaz e Baiense mostram em seu artigo que há uma clara separação entre a violência e o território da favela durante a década de 1980. Nas matérias que abordam a violência e a criminalidade durante a década de 1980, boa parte dos fatos era ligado a assaltos, jogo do bicho e ações de grupos de extermínio na baixada. Nenhum desses casos, no entanto, aparece ligados territorialmente a favela. Segundo Vaz e Baiense, essa abordagem estaria em "sintonia com o pensamento da época", de que as mazelas sociais e a existência de grupos marginalizados eram resultado da injustiça social. Uma das principais características das matérias era a narrativa que destacava o sofrimento da população mais desfavorecida. Citando a "política da piedade", de Hanna Arendt.

[...] a política da piedade expressa a crença numa regra moral universal e na possibilidade de evitar o sofrimento a partir de uma ação política. Essa crença se traduz numa estrutura narrativa peculiar. Para que haja piedade é preciso que o narrador e a audiência não participem do sofrimento narrado. (Ibidem, p.6).

Outro ponto abordado pelo artigo é como as matérias da década de 1980 costumam tratar o morador da favela como sujeitos a violência por morarem em áreas pobres e de pouco investimentos públicos. Há nessas reportagens essa diferenciação, onde o morador da favela é separado do "bandido", fazendo com que o morro seja incluído na lógica da cidade como fonte de trabalho braçal. Ou seja, o morador da favela é o "trabalhador" que também sofre com os desmandos do governo da época.

A representação do morador enquanto trabalhador é uma constante nos vários textos que mostram os mutirões para melhoria dos espaços populares. Até mesmo a queixa contra o desemprego reforça esta conexão, uma vez que a falta de emprego não é uma opção, mas uma distorção causada pela falência de um modelo econômico injusto e incompetente (Idem, 2011, p.7)

Dentre os vários exemplos apontados no artigo de Vaz e Baiense, o que se pode destacar é justamente como a abordagem dos jornais em relação à favela durante o período da década de 1980 se diferencia da abordagem feita atualmente. A questão do tráfico de drogas, por exemplo, era vista como "algo específico", assunto que hoje é associado de forma recorrente ao território da favela. No entanto, os primeiros traços do tipo de abordagem que os jornais dão atualmente a questão das favelas já surgiam nas páginas dos jornais, ainda que em menor número, mostrando a favela como fonte da violência na cidade.

É ao longo da década de 1990 que o agendamento e o enquadramento dos jornais, referente à favela começa a mudar, trazendo uma visão cada vez mais distanciada dos direitos humanos que pautavam algumas questões durante a década de 1980. A visão da favela associada à violência começa a ganhar traços mais fortes. Podemos observar que a forma de construir fatos de forma midiática, induz, de certa forma, uma tomada de decisão por parte do Estado. A resposta a esse aumento da violência nos territórios das favelas, e conseqüentemente, para o resto da cidade, veio na forma das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), projeto que teve início em 2008. Anteriormente, já havia tido outras estratégias da Polícia Militar do Rio de Janeiro em invadir o território das favelas. No entanto, as UPPs foram consideradas símbolos de sucesso da gestão policial, principalmente, após a tomada do Complexo do Alemão na segunda metade de 2010. A entrada da PM nesse local teve uma grande cobertura da mídia na época com um teor esperançoso, como se a presença das UPPs tivesse, finalmente, colocado o território das favelas como parte da cidade.

3.2 Agendamento e Enquadramento

Vimos, portanto, que as representações sobre as favelas no Rio de Janeiro podem mudar de acordo com o momento histórico e, com o passar das décadas, como sofreu influências sociais e políticas. No entanto, o papel da mídia na construção dessas representações também tem uma grande importância. Se é através da mídia que temos acesso de forma organizada a fatos e acontecimentos cotidianos, então a forma como a favela é representada nas páginas de jornais, nas ondas sonoras dos rádios e nas imagens e informações expostas na TV e, atualmente, na internet, passam a ser parte da construção do imaginário popular sobre esse espaço. Contudo, a suposta objetividade do texto jornalístico colabora para que uma interpretação jornalística, que pode ser

influenciada por um discurso e até mesmo pela rotina do jornalista, seja considerada o senso comum.

Uma das ferramentas que esta pesquisa procura estudar é o agendamento ou *Agenda Setting* das questões que envolvem a favela e como isso influencia as construções sociais que orbitam este espaço. Em “The Agenda Setting Role of Mass Media in shaping of Public Opinion”, Maxwell McCombs fala sobre o poder da mídia na construção da realidade política e social:

O que sabemos sobre o mundo é largamente baseado naquilo que a mídia decide nos contar. Mais especificamente, o resultado dessa visão mediada do mundo é que as prioridades da mídia são uma forte influência para as prioridades do público. Elementos proeminentes na agenda midiática se tornam proeminentes na opinião pública. (MCCOMBS, 1996, p.2, tradução minha)

Mesmo que as informações sejam passadas por mídias diferentes (escrita, televisionada, etc) os modelos de noticiabilidade costumam ser os mesmos. As definições do que vem a ser notícia, do que pode ser considerado de interesse jornalístico, são selecionadas durante a rotina de produção de informação. Segundo Hohlfedt que usa como base uma pesquisa de McCombs sobre as eleições dos Estados Unidos da década de 1960, os leitores ou telespectadores não são o ponto principal na produção das notícias:

As referências implícitas dos profissionais pesquisados aos grupos de colegas e ao sistema de fontes foram dois dos elementos mais presentes nestas pesquisas, ultrapassando em muito qualquer preocupação ou referência ao público, ao leitor, que seria, em última instância, enquanto receptor, o verdadeiro motivo daquela atividade profissional. (HOHLFEDT, 2001, p.205).

É preciso destacar também que uma das máximas do jornalismo não se resume apenas a narrar os fatos, mas também interpretá-los. É com essa observação que se percebe que o mito do texto jornalístico objetivo se desfaz, já que carrega visões e interpretações subjetivas do próprio jornalista.

Galtung e Hauge sugerem que “a configuração organizacional para coleta de notícias e o conjunto cultural pela visão de mundo dos jornalistas têm efeitos profundos na determinação da aceitação das informações recebidas”. Tal concepção tende a considerar que os jornalistas “estão criativamente selecionando e interpretando eventos para caber em seus preconcebidos modelos de universo social” (COHEN e YOUNG, 1981: 23). (PEREIRA, 2012, p.41)

Ainda, segundo McCombs, a relevância de um tema é criada de acordo com o que os meios de comunicação julgam como importante segundo os critérios de noticiabilidade em questão. Apesar da crença de que a mídia tem o poder de influenciar os que os receptores pensam, segundo McCombs, na verdade, a mídia pode influenciar a forma de pensar ou o que falar sobre determinado tema. Porém, isso acontece a médio e longo prazo, com a influência da mídia, criando relevância em certos temas, os receptores – leitores e telespectadores – começam a “agendar” os temas abordados em suas preocupações cotidianas:

Porém, mais do que tornar um assunto relevante, o agendamento acaba, por consequência, modificando a postura da população frente a um tema e alterando os critérios de avaliação. Em suas pesquisas, durante as eleições presidenciais americanas da década de 1960, McCombs percebeu que o agendamento midiático também tornava certas questões relevantes para a sociedade e, conseqüentemente, tornava-as também relevantes para os políticos envolvidos nas eleições. O resultado disso são ações concretas. No caso da pesquisa de McCombs, o resultado foi uma mudança nos discursos dos políticos nas eleições presidenciais dos Estados Unidos. Os candidatos passaram a falar sobre temas que antes não faziam parte do seu plano político, porque essas questões foram agendadas pela mídia e passaram a fazer parte da preocupação cotidiana dos eleitores.

A influência do agendamento das notícias midiáticas não está limitado apenas ao passo inicial de focar a atenção pública num tópico em particular. A mídia também influencia o próximo passo no processo comunicacional, nosso entendimento e perspectiva nos tópicos das notícias. (MCCOMBS, 1972, p.6)

Segundo McCombs, existem grandes evidências de que o agendamento influencia os eleitores, dependendo da relevância que a mídia dá em algumas questões que passam a ser pauta do cotidiano. O resultado disso é a formação de uma agenda pública criada pela influência da mídia, diferente da agenda inicial dos políticos, no caso da pesquisa das eleições presidenciais nos Estados Unidos. Ou seja, segundo McCombs, os candidatos ao cargo de presidente tiveram que adaptar o seu discurso e incluir os temas que se tornaram parte da agenda pública dos eleitores, depois de serem agendados pela mídia. Sendo assim, podemos afirmar que a cobertura da mídia influencia a opinião pública, não dizendo ao público no que ele deve pensar, mas sim em dois níveis: sobre o que o público pensa e como o público pensa em relação a determinados temas.

Contudo, o agendamento não é a única ferramenta do jornalismo quando se trata de dar ênfase a algum aspecto da notícia. O enquadramento também é uma forma de influenciar a opinião pública na cobertura jornalística, influenciando na forma como cada uma das questões agendadas é apresentada, como explica Nayda Terkildsen em *How Media frames move public opinion: an analysis of the Women's movement*:

Contudo, agenda setting e o priming não são apenas os únicos poderes da mídia. Enquanto esses conceitos descrevem quais questões vão entrar em domínio público e como eles podem, mais tarde, influenciar os julgamentos políticos. A teoria do enquadramento afirma que essas questões, por si mesmas, podem ser arrumadas ou apresentadas em vários estilos e ao passo que pode resultar numa influência as considerações e políticas de apoio dos cidadãos. (TERKILDSEN, 1997, p880)

Segundo Terkildsen, o enquadramento pode ser classificado como uma extensão do agendamento, e é importante por mostrar como uma única questão previamente agendada pode ser apresentada de várias formas e, ao mesmo tempo, influenciar as ações dos cidadãos sobre os aspectos dessas questões. O enquadramento pode ser observado como partes da realidade de um relato que ganharam mais destaque no esquema das notícias. O enquadramento pode guiar como as pessoas entendem o mundo e assim, formar julgamentos sobre determinados aspectos de um tema.

Essa relevância, de determinados aspectos da realidade, dada pelo enquadramento pode alterar redes políticas de apoio. Segundo destaca Terkildsen, a abordagem de certo aspecto de um tema na cobertura jornalística pode alterar a forma como esse assunto é tratado e como vai ser debatido na agenda pública. Excluir, dar ênfase e selecionar certos aspectos são características do enquadramento:

Assim, as questões políticas são caracterizadas por disputas simbólicas entre diferentes interpretações, expressas em metáforas, slogans e imagens empregadas nos discursos dos diversos agentes (Porto, 2004). Para D'Angelo (2002), os pesquisadores interessados no estudo da construção do enquadramento pelos meios assinalam as palavras e imagens associadas a ele, em um determinado corpus textual. Em seguida, identificam intenções jornalísticas, valores de notícia, estruturas discursivas, conteúdos e formatos que integram palavras e imagens de uma notícia, de modo a construir um determinado enquadramento. Analistas chamam esses elementos constitutivos dos enquadramentos de dispositivos de enquadramento. (SOARES, 2009, p 61-62).

Esses dispositivos de enquadramento que acabam promovendo uma definição de problema guiada pelo discurso, além de uma interpretação de causa, avaliação moral e, posteriormente, uma recomendação de tratamento do problema.

Para trabalhar com o enquadramento, é preciso definir primeiramente as duas linhas mais usadas por estudiosos atualmente: o enquadramento noticioso e o enquadramento interpretativo. Segundo Mauro Porto, “enquadramentos noticiosos são padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados por jornalistas para organizar seus relatos”, já o enquadramento interpretativo pode ser classificado como “padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos, incluindo definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações e tratamentos”. (PORTO, 2002, p.15). Segundo Porto, essa diferença entre enquadramentos se apoia na fonte. Enquanto que o interpretativo vem de atores sociais como políticos, partidos, movimentos sociais e etc., o enquadramento noticioso é produzido por jornalistas. Contudo, este enquadramento não está livre do viés e da interpretação do próprio jornalista, já que a notícia aborda um ângulo da realidade, um ponto de vista de um fato.

[...] as normas da objetividade e da imparcialidade tendem a inibir a apresentação de interpretações no noticiário pelos jornalistas. Isto não significa, todavia, que os jornalistas não tenham um papel ativo na apresentação de enquadramentos interpretativos, mas sim que este papel tem um caráter mais sutil e indireto. Jornalistas freqüentemente citam outros atores para promover interpretações específicas da realidade política. Como vários autores já demonstraram, repórteres evitam apresentar interpretações de forma direta e citam afirmações de outros atores para dizer o que elas ou eles próprios pensam (Tuchman, 1972, p. 668; Sigal, 1973, p. 67). Por esta razão, uma recomendação importante para os estudos sobre enquadramentos interpretativos é identificar as avaliações apresentadas pelas fontes que são citadas pelos jornalistas. (PORTO, 2002, p.16)

É preciso destacar também que as fontes apresentadas durante a produção de uma notícia também podem ser observadas como uma forma de enquadramento. Por exemplo, quando as fontes escolhidas sendo estatais, ou não, confirmam o argumento principal da notícia. Katherine Becket (1997) aponta como os discursos de entidades oficiais do governo marcam presença na produção de notícias, principalmente, nas notícias sobre crime e drogas, nos Estados Unidos.

3.3 Pacotes interpretativos

Para analisar as notícias sobre crime e drogas Becket faz uso dos pacotes interpretativos, conceito que foi anteriormente definido por Gamson (1987), onde cada pacote tem uma ideia central, que definiria o enquadramento do tema, atribuindo significados aos eventos e estabelecendo conexões entre os fatos.

Esses pacotes interpretativos competem entre si, promovendo uma disputa simbólica sobre qual interpretação vai prevalecer. Nessa análise cada pacote interpretativo é caracterizado pela “matriz de assinatura” e, dentro dessa lógica, são analisados slogans, imagens, expressões que são usadas nos discursos dos agentes presentes nas notícias.

A autora busca interpretar dessa forma quais notícias se encaixam em determinados pacotes, podendo também conter traços de outros pacotes interpretativos. Segundo Becket, para analisar as notícias de crime e drogas nos Estados Unidos, esses pacotes interpretativos podem se dividir em dois grupos: estatais, onde o discurso de fontes ligadas ao governo são os argumentos principais, e os não-estatais, que utilizam fontes que podem estar ligadas ao Estado, ou não.

Ao todo, Becket utiliza quatro pacotes interpretativos, que são *Respeito pela autoridade*, *Necessidade de equilíbrio*, *Liberdade civis sob ataque*, *Pobreza Causa Crime*. Para analisar as matérias selecionadas do Jornal *O Dia* para esta pesquisa, usarei como base as análises de Becket e de Pedro Barreto Pereira em sua dissertação de mestrado, que cria conceitos análogos aos usados por Becket. Primeiramente, é preciso ter em mente que cada pacote interpretativo contém uma *matriz de assinatura*, que guia a interpretação. Ao todo, serão quatro pacotes a serem usados como base da análise.

O primeiro, análogo ao conceito de Becket e Pereira, é o *Lei e ordem na favela*. Esse pacote mostra como as reportagens têm elementos que pedem por mais rigor na aplicação da lei dentro da favela como forma de combater o tráfico de drogas, visto como a peça chave da violência na cidade do Rio de Janeiro. Este pacote, análogo ao conceito do *Respeito pela autoridade* de Becket, mostra como as reportagens tratam a favela como um território sem controle, justificando a presença das UPPs e de medidas de segurança mais duras para a manutenção desse suposto controle. São frequente expressões como “repressão” e “proibição”.

No segundo pacote, *Extensão da cidade formal*, os moradores da favela são vistos como cidadãos e, conseqüentemente, possuem os mesmos direitos de cidadãos da

chamada “cidade formal”. Mesmo que esse enquadramento trate os moradores da favela como cidadãos plenos de direito, ainda há uma diferenciação do tratamento entre os “moradores do asfalto” e os “moradores da favela”. Nessas reportagens os elementos discursivos mostram que o território da favela ainda precisa de “regulamentação” para se igualar ao território da “cidade formal”. Ou seja, mesmo que os direitos sejam os mesmos, as reportagens que contém esse pacote interpretativo mostram que existe alguns requisitos para que os cidadãos da favela alcancem esses direitos.

No terceiro, chamado de *Liberdades civis sob ataque*, os elementos discursivos surgem como um reconhecimento de que os moradores das favelas sofrem com a privação de liberdades e ganham um teor de denúncia frente a medidas de controle mais duras. Dentre elas, a proibição de bailes funk nas favelas, assunto recorrente desde a introdução das UPPs no território, entre outros eventos que, necessariamente, devem passar pelo crivo dos policiais das Unidades de Polícia Pacificadora lembrando o que Burgos chamou de “cidadania regulada”.

No quarto e último pacote interpretativo, nomeado como *Pobreza Causa Crime*, mostra uma visão recorrente sobre os moradores das favelas, onde a baixa renda econômica e os problemas sociais são vistos como justificativas para o crime. Nesse pacote alguns elementos culpam as classes média e alta pelos problemas das camadas mais pobres, vitimizandando e estigmatizando o morador de favela.

4. JORNAL *O DIA*

Em sua fundação, em 1951, o Jornal *O Dia* foi pensado como um jornal voltado para a população de baixa renda da cidade do Rio de Janeiro. Inaugurando a tendência de jornais matutinos, o jornal se propunha a falar de notícias da cidade, enquanto a maioria dos jornais tinha manchetes voltadas para notícias internacionais.

Sendo um jornal para as camadas mais baixas da população, o foco d'*O Dia* era as manchetes sensacionalistas. De fato, as vendas do jornal criado em 1951 cresceram bastante e em 1954, segundo uma pesquisa do IBOPE, *O Dia* era líder em vendas nas bancas de jornais. O fundador do jornal era Chagas Freitas, que também usava o jornal como plataforma política na época da ditadura, sendo eleito governador em 1971 e reeleito em 1978.

Chagas Freitas designou como seu herdeiro político o deputado federal Miro Teixeira, que havia iniciado a sua carreira como repórter no *O Dia*, antes de se eleger deputado em 1971 pela primeira vez. Dono de uma coluna muito popular no jornal, foi reeleito em 1974 com a maior votação do país, e em 1978, novamente com votação expressiva, numa demonstração clara do poder político de um jornal popular. O *Dia*, a essa altura, havia se tornado um feudo político alimentado pelo assistencialismo, um jornal cuja função principal era dar sustentação política ao então governador do estado e sua corrente partidária. (BRANDÃO, 1996, p.8)

Com o fim do governo militar e sem a influência política que exercia anteriormente, Chagas vendeu *O Dia* para o grupo ARCA do jornalista Ary Carvalho que iniciou várias mudanças no jornal na tentativa de desvincula-lo das características sensacionalistas e do envolvimento político. Em 1987, com uma reforma gráfica e editorial, o jornal passa a valorizar o texto e a informação. Mais jornalistas foram contratados e *O Dia* ganha mais páginas, deixando de lado o clima policialesco de antes.

É na década de 1990 que o jornal procura reposicionar a sua marca: *O Dia* continua a ser um jornal popular, mas ganha contornos de um jornal moderno. A intenção era atender um mercado que não era coberto por nenhum jornal na época. Os jornais mais tradicionais, como o *Jornal do Brasil* e *O Globo*, atendiam às classes A e

B, enquanto *O Dia* estava bem firmado nas classes D e E ⁴, devido à tradição de reportagens policiais.

A mudança de posicionamento, valorizando a redação e as reportagens com mais informação, fez com que o Jornal passasse a atingir a classe C, fatia ainda inexplorada no mercado e bem maior que os segmentos A e B. A decisão de atingir as classes C e D veio depois de uma pesquisa feita pelo Departamento de Informação e Pesquisa do *O Dia* (Depime), que mostrava que essa parcela chegava a quase 54% da população da cidade.

Numa época onde a maior parte da população do país estava à margem do mercado, e produtos só eram feitos para as classes de maior poder aquisitivo, investir numa estratégia de fazer um produto popular de qualidade era uma inovação. E essa estratégia se mostrou um sucesso, pois com o Plano Real, constatou-se que \$18 bilhões de dólares a mais foram gastos em consumo. (BRANDÃO, 1996, p.11)

Ainda na década de 1990, o *O Dia* se firma na classe C, com uma queda para 30% de leitores na classe D – que antes representavam metade dos leitores do jornal – apesar de ainda ter vendas expressivas na classe E (BRANDÃO, 1996).

Esse reposicionamento da marca também teria um outro efeito benéfico para o jornal. Embora *O Dia* tivesse sido sempre um jornal de vendagem expressiva, o estigma associado a sua imagem afastava os anunciantes, que não queriam associar a marca deles com o sensacionalismo barato do jornal. Com a mudança de foco do jornal e a sua nova imagem que começava a se firmar, *O Dia* conseguiu atrair esses anunciantes arredios, e resultou numa significativo aumento nos anúncios de noticiário, que cresceram 120% em volume entre 1988 e 1995. (Ibidem, p.12)

4.1. *Rio, Cidade Sem Fronteiras*

Criando em novembro 2012, o *Rio, Cidade Sem Fronteiras* foi idealizado por um dos novos acionistas do jornal *O Dia*, um dos jornais de maior circulação na cidade do Rio de Janeiro, frente à ascensão de uma nova classe média no Brasil e na cidade carioca. O objetivo desse formato, segundo o jornalista André Balocco, um de seus idealizadores, é a "imersão de favelas" e "criação de rede com seus agentes,

⁴ Estudo de caso feito pelo professor Luiz Eduardo Teixeira Brandão, coordenador do NUPEI - Núcleo de Pesquisa em Energia e Infraestrutura da PUC-Rio, publicado em 1996, disponível em: <http://www.iag.puc-rio.br/~brandao/Pesquisa/Case%20Study%20ODIA.pdf> Acessado em 12 de setembro de 2015

empoderamento de lideranças e do território, debates e reportagens sobre a vida e os problemas na favela" (Balocco, 2015)⁵.

O projeto segue com atualizações semanais no site do jornal *O Dia*, além de relatos diários nas páginas do jornal impresso. A maioria das comunidades que surgem nas páginas do *Rio Sem Fronteiras*, são aquelas que contam com as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), que segundo o jornalista, a equipe tem um acesso mais facilitado, sem a necessidade de negociação com um "poder paralelo". Atualmente, na cidade do Rio de Janeiro, são 38 comunidades que contam com a presença do projeto de segurança pública do governo do Estado do Rio de Janeiro, a maioria na Zona Sul, Centro e Zona Norte. Apenas duas UPPs já foram instaladas na Zona Oeste da cidade. Uma na comunidade da Cidade de Deus, próximo ao bairro da Barra da Tijuca, onde a população tem maior poder aquisitivo, e outra na comunidade do Batan, em Realengo, que até 2008 era tomada por milícias locais.

Mesmo assim, segundo o jornalista, o projeto também noticia os fatos que acontecem em favelas não pacificadas, porém em menor escala. Os debates promovidos pelo *Rio, Cidade Sem Fronteiras* acontecem apenas nas comunidades que já receberam o projeto de pacificação do governo do estado.

Segundo Balocco, os principais temas abordados nas páginas do projeto vão desde os problemas enfrentados pelos moradores da favela, até os desmandos das autoridades presentes no território. Além disso, segundo o jornalista, o projeto segue a característica de abordar os personagens das favelas do Rio de Janeiro, "num esforço para diminuir as fronteiras entre o asfalto e a favela" (Balocco, 2015). Ainda segundo o jornalista, com uma equipe que conta com apenas dois outros jornalistas, a experiência do projeto leva para as páginas do jornal o potencial criativo, a capacidade de empreender e a sustentabilidade das iniciativas dentro das favelas do Rio de Janeiro.

4.2 Análise

Para a pesquisa foram analisadas uma nota e oito matérias retiradas a partir da versão on-line do *Rio Sem Fronteiras* entre o período de abril e novembro de 2015.

⁵ Entrevista concedida por BALOCCO, André. Entrevista I. [Abril. 2015]. Entrevistador: Fernanda Costa Távora. Rio de Janeiro, 2015. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

Foram selecionadas matérias que mostrassem um sentido em acabar com o conceito de “Cidade Partida”, muito em voga nos anos 1990, mesmo que criticado, e aquelas matérias que mostrassem a relação dos moradores com a polícia e a existência das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPP). Como mostrado anteriormente, o *Rio Sem Fronteiras* foi uma iniciativa pensada como uma forma de quebrar esse paradigma de que as favelas do Rio de Janeiro são vistas como “fonte da violência”, afastando esses territórios da “cidade formal”.

Além disso, existe a questão comercial, que enxerga nas classes C, D e E uma fatia inexplorada do mercado. As reportagens do *Rio Sem Fronteiras* fogem um pouco do que é visto sobre as favelas do Rio de Janeiro, costumeiramente mostradas sob a ótica da criminalidade. As notícias prezam a fala dos moradores das favelas, sem deixar de usar também as fontes oficiais em alguns casos, mostrando iniciativas dos moradores e questões que tem a ver com o cotidiano de quem vive nessas comunidades. Como dito na entrevista com André Balocco, um dos idealizadores do *Rio Sem Fronteiras*, a maioria das notícias vem de favelas ocupadas, ou seja, que contam com a presença das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), então, é importante observar como a iniciativa retrata a presença das UPPs no território e como se dá a relação entre moradores e policiais.

Na matéria intitulada *Policiais que atuam em UPPs terão aulas sobre a história das favelas*⁶, publicada em março de 2015, a reportagem mostra uma iniciativa de aproximação do comando da corporação da Polícia Militar com os moradores de comunidades do Rio de Janeiro que contam com Unidades de Polícia Pacificadora. Com críticas diversas à forma de atuação da polícia em favelas pacificadas, a ação visa mostrar uma forma diferente de atuar da polícia. A matéria do *Rio Sem Fronteiras* passa uma impressão de que a corporação tenta limar alguns erros da atuação da PM nas comunidades em experiências anteriores, como aconteceu com o Complexo do Alemão, que também reúne uma grande quantidade de comunidades e onde a atuação da polícia tem sido muito criticada pela mídia e pelos próprios moradores durante o ano de 2015.

A iniciativa é mostrada no Complexo da Maré, conjunto de favelas do Rio de Janeiro que foi ocupada pelo exército em abril de 2014. O Complexo da Maré era uma

⁶ BALOCCO, A. Policiais que atuam em UPPs terão aulas sobre a história das favelas. O Dia Online, Rio de Janeiro, 1º de março de 2015. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/riosemfronteiras/2015-03-01/policiais-que-atuam-em-upps-terao-aulas-sobre-a-historia-das-favelas.html>

das comunidades onde o Governo do Estado pretendia implantar uma UPP – até agora, 38 favelas do Rio de Janeiro, nas zonas sul, norte e oeste, contam com uma Unidade de Polícia Pacificadora.

Recentemente, em uma notícia publicada pelo *Jornal O Globo*, no dia 22 de fevereiro de 2016⁷, foram anunciados cortes na Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro. O corte previsto é de 32% no orçamento de R\$ 7 bilhões da Secretaria resultado da crise financeira que o estado atravessa. Uma das consequências desse corte pode ser a diminuição do projeto das UPPs, que segundo o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, está estagnado desde 2014. Ainda segundo ele, se houver cortes, o dinheiro de doações da Alerj recebido pela Secretaria será investido em reformas das Unidades já presentes nas favelas do Rio. No caso da Maré, o plano de ter uma Unidade de Polícia Pacificadora na região, pode ser adiado.

Similar à ocupação que aconteceu no Complexo do Alemão, na Zona Norte do Rio, em um primeiro momento o Exército fez a primeira incursão no território. No início do ano de 2015, as Forças de Ocupação - como ficou denominada a presença do Exército na Maré - anunciaram que passariam, gradualmente, o comando da pacificação ao comando da Polícia Militar, o período de transição transcorreria durante todo o segundo semestre de 2015, sendo concluída na segunda metade do mesmo ano: "A ideia é qualificar o policial com as informações. Ele vai poder entender, rapidamente, a demanda de cada local dentro da favela", conta o chefe do Estado-Maior da Polícia Militar, coronel Robson Rodrigues. A expectativa do Coronel é que a PM seja "um vetor de mudanças".

Na reportagem, a principal fonte sobre a iniciativa do projeto é o Chefe do Estado Maior da Polícia Militar, coronel Robson Rodrigues, que representa a polícia militar, considerado uma fonte oficial. Ainda, segundo a reportagem, a iniciativa conta com apoio do Rio + Social, organização da prefeitura do Rio de Janeiro que em conjunto com o Instituto Pereira Passos vem mapeando as favelas da cidade que tem UPP. Na reportagem há um destaque da importância da aproximação dos policiais da UPP com os moradores da Maré. A reportagem conta ainda com duas outras fontes

⁷ ARAÚJO, V. Corte na Segurança pode afetar o 190, UPPs e até policiamento nos Jogos: *Secretário deve cortar 32% de seu orçamento de R\$ 7 bilhões*. O Globo Online, Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2016. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/corte-na-seguranca-pode-afetar-190-upps-ate-policiamento-nos-jogos-18720095>

oficiais, como o diretor do Rio + Social, Pedro Veiga e de Eduardo Alves, diretor do Observatório de favelas. Ambas as declarações elogiam a iniciativa da Polícia Militar em educar seus integrantes através das aulas de história sobre a favela.

Nesta matéria é possível perceber a presença do enquadramento de dois pacotes interpretativos. O primeiro deles é o mais predominante, é o pacote *Lei e Ordem na favela*. Apesar de não haver um apelo para uma aplicação mais rigorosa da lei no território, há uma ênfase na necessidade da fixação da UPP na Maré após a ocupação pelo Exército na região, apelando para a política de “polícia de aproximação”. A presença da UPP é vista com bons olhos durante a reportagem, no entanto, ainda que não tenha o depoimento de nenhum morador na matéria, observa-se que a figura do morador não é vista com tanto distanciamento. Na verdade, o “outro” é que parece ter as suas expectativas atendidas frente ao esforço da Polícia Militar em preparar seus integrantes para lidar melhor com os moradores. O segundo pacote que podemos ver é *Extensão da cidade formal*. Ainda que implícita, a questão da presença da polícia no território é uma forma de manter o tráfico de drogas enfraquecido e garantir aos moradores a “paz” esperada após a pacificação, igualando o território à “cidade formal”.

Podemos observar na matéria que uma das principais questões da permanência da UPP nos territórios é o relacionamento e diálogo dos policiais com os moradores. Como mencionado anteriormente, essa iniciativa pode ser uma opção ao que aconteceu após a chegada da Polícia Militar no Complexo do Alemão. Um exemplo disso é na matéria, publicada em abril de 2015: *O DIA promove fórum em busca da paz no Alemão*.⁸

A notícia fala sobre uma reunião, promovida pelo próprio jornal, com o objetivo de estabelecer o diálogo entre diferentes setores da sociedade civil para discutir a situação no Complexo do Alemão. A matéria fala justamente da relação complicada que existe entre os moradores do Alemão e os policiais das UPPs que existem lá. O fórum “Alemão: saídas para a crise” se propõe a ser um canal de diálogo promovido pela iniciativa do *Rio Sem Fronteira*. Aqui podemos perceber também como a iniciativa do *Dia* se propõe, de forma ativa, a estabelecer uma troca.

⁸ *Jornal O Dia*. O DIA promove fórum em busca de paz no Alemão. O Dia Online, Rio de Janeiro, 9 de abril de 2015. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/riosemfronteiras/2015-04-09/o-dia-promove-forum-em-busca-da-paz-no-alemao.html>

Participaram da reunião a cúpula da Polícia Militar, ONGs das favelas da região do Alemão e instituições que pesquisam e estudam a violência, além do vice-prefeito à época, Adílson Pires. Na notícia que anuncia o fórum, uma das fontes citadas é o secretário de Segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame que parabeniza a iniciativa. Além dele, a matéria cita declarações de Sílvia Ramos, do Centro de estudos de Segurança e Cidadania (Cesec), e Pedro Strozenber, do Instituto de Estudos da Religião (Iser), ambos exaltando a possibilidade de diálogo que o fórum cria.

O fórum, mediado pelo jornalista André Balocco, terá na mesa também José Mário Hilário, presidente da Associação de Moradores do Santa Marta — primeira favela a receber uma UPP, e que experimenta um ciclo de desenvolvimento do turismo. “Será bom para a sociedade entender o movimento de transformação social que surge nas favelas”, afirma. O mesmo sentimento toca Eduardo Alves, do Observatório de Favelas (Maré). “O importante é ouvir vozes a favor da paz. Temos de reconstruir a cidadania do Rio.” (O DIA, 2015)

Por ser um anúncio de um fórum promovida pelo próprio jornal, a matéria não é assinada por nenhum jornalista da equipe do *Rio Sem Fronteiras*. Porém, mesmo sendo apenas uma notícia de uma chamada para um evento, podemos observar a presença do pacote *Liberdades civis sob ataque*. Na matéria fica implícito que existem problemas e tensões entre os moradores do Complexo do Alemão e a ação dos policiais da UPP que precisam ser resolvidas. Uma crise que se forma desde a época da ocupação do Alemão, em 2010.

Outro ponto que reforça que o pacote predominante é o *Liberdades Civis sob ataque*, é a fala de Eduardo Alves, coordenador do Observatório de Favelas, na Maré. Segundo ele “ importante é ouvir vozes a favor da paz. Temos de reconstruir a cidadania do Rio”, ou seja, igualar a favela em direitos com a cidade formal.

O fórum foi pensado após a morte do menino Eduardo Ferreira, de 10 anos, que foi atingido com um tiro na cabeça na porta de casa, no Areal, localidade do Complexo do Alemão, após uma troca de tiros da polícia. A comoção em relação ao caso expôs as tensões entre moradores e policiais da UPP e como a política de segurança para as favelas da Rio passa obrigatoriamente pela presença da UPP no território. Uma das falas destacadas é de José Mário Hilário, presidente da Associação de Moradores do Santa Marta – uma das primeiras favelas no Rio a receber uma Unidade de Polícia Pacificadora: “será bom para a sociedade entender o movimento de transformação

social que surge nas favelas”. Esse discurso, e de outras fontes, estatais e não estatais, apresentado em um *box*, como é possível verificar no Anexo II deste trabalho, com falas dos convidados do Fórum. Ao todo, são 12 declarações: seis oficiais e seis não oficiais. Todas exaltando a necessidade da abertura de diálogo para aliviar as tensões no Complexo do Alemão. Em um primeiro momento, não é de um questionamento sobre a permanência das UPPs no território, mas sim de apaziguar a relação entre o morador e a polícia. Podemos ver aqui, também, a presença do pacote *Lei e Ordem na favela*, nessa tentativa de abrandar as tensões entre os moradores e a polícia mostra-se que a UPP é uma iniciativa, de certa forma, bem vista.

A presença do tráfico e a mudança na cobertura midiática ficaram marcados na representação da favela ainda no início da década de 1980, se estendendo para as décadas seguintes. Um dos objetivos das UPPs era a quebra desse poderio armado do tráfico nas favelas, tirando os armamentos dos traficantes que dominavam o território na base da violência. A presença das UPPs garantiria o enfraquecimento do tráfico e a transformação da favela em parte da cidade formal, ou seja, é preciso passar pelas UPPs para que a favela se iguale ao resto da cidade.

Contudo, em uma nota publicada no dia 23 de maio de 2015, na notícia intitulada *Projeto entra em favelas e oferece bolsas para empreendedores*⁹, mostra a proibição da polícia a comemoração da festa de São Jorge, considerada tradição no morro do Turano, localizado no bairro do Rio Comprido, no Rio de Janeiro:

Sem festa de São Jorge, Turano lamenta

Depois de proibidos de realizar a tradicional feijoada de São Jorge na quadra do Grêmio Recreativo Bloco Cometa do Bispo, em abril, moradores do Turano temem que a festa junina também seja reprimida. “A festa de São Jorge acontece desde 1962”, diz Marcelo Nascimento, militante do bloco. Ele também receia pelo Carnaval. “E ano que vem homenagearemos Tim Maia.” Contactada, a assessoria da UPP disse, em nota, que bastava ter comunicado o evento com antecedência para se fazer um planejamento da segurança do evento.

A pequena nota mostra, mais uma vez, o enquadramento predominante *Liberdade Civis sob ataque* ao denunciar a postura da polícia de proibir um evento que é tradição entre os moradores. O uso da palavra “reprimida” ao se referir à possibilidade

⁹ BALOCCO, A. Projeto entra em favelas e oferece bolsas para empreendedores. O Dia Online, Rio de Janeiro, 23 de maio de 2015. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/riosemfronteiras/2015-05-23/projeto-entra-em-favelas-e-oferece-bolsa-para-empreendedores.html>

de que outra comemoração não aconteça, no caso, a festa junina, remete a expressões que são frequentemente usadas nesse pacote. Além dessa interpretação, podemos observar também a presença do pacote *Extensão da cidade formal*, quando a assessoria da UPP afirma, em resposta à reclamação dos moradores, que “bastava ter comunicado o evento com antecedência para se fazer um planejamento da segurança do evento”. Vemos aqui que os moradores têm direitos reconhecidos dentro do território, contudo esses direitos são considerados desde que passem pelo crivo da UPP.

A reportagem-título da matéria também é interessante de se analisar sob a perspectiva de como o território da favela era pensado como algo em contraste com o resto da cidade, retornando ao conceito de “Cidade Partida”, e como agora existem novas possibilidades de integração com o território da chamada cidade formal. O título “projeto **entra** em favelas”, dá a entender que o território era fechado, mas para quem? Como mostra a reportagem, o território da favela tem, agora, espaço para oportunidades, ou seja, agora o território pode receber as oportunidades de desenvolvimento, assim como a cidade formal.

A reportagem fala sobre o projeto da Agência Redes para a Juventude, que firmou uma parceria com a prefeitura para chegar a mais de 18 favelas. O projeto é uma forma de desenvolver o empreendedorismo na favela, segundo descreve Marcos Faustini: “queremos mudar o imaginário de que a favela é lugar de coitadinho ou bandido”. É possível perceber aqui algumas características do pacote *Pobreza causa crime*, uma das poucas reportagens que contém esse pacote interpretativo. Como foi descrito anteriormente, esse pacote procura explicar o crime através da falta de oportunidades, má distribuição de renda e falta de recursos financeiros, econômicos e sociais. Contudo, em nenhum momento o morador da favela é visto como alguém estigmatizado por morar nesse território, ele não é visto como “coitadinho” e nem as classes médias e altas são responsabilizadas pela suposta pobreza desses moradores. Nesse caso, o projeto deixa claro que os jovens que participaram têm autonomia para fazer as suas próprias escolhas ao receber a bolsa proposta pelo projeto, inclusive, se unir a outros jovens para a elaboração de seus negócios próprios.

Outra reportagem que trabalha com esse conceito de que agora o território da favela foi “reaberto” é a de título *Empresas voltam aos morros cariocas*¹⁰, publicada no dia 30 de julho de 2015. A reportagem destaca que após 30 anos de domínio do tráfico, “grandes empresas voltam a ter como foco a população das comunidades que receberam Unidades de Polícia Pacificadora”.

Mais uma vez, o conceito de que a favela e o asfalto são partes de uma “cidade partida” aparece nessa matéria. Na reportagem, fica explícito que a presença dessas grandes empresas só foi possível após a existência das UPPs. A reportagem conta que grandes empresas, como Santander L’Oreal, Banco do Brasil, Sebrae e Light foram introduzidas nas favelas com a intenção de atender o “mercado potencial” das favelas (1,3 milhão da população do estado) e foram estimuladas a “voltar” para as comunidades após a entrada das Unidades de Polícia pacificadora no território. Nesse caso, percebemos aqui que o pacote interpretativo *Extensão da cidade formal* onde mostra que a presença da UPP deu a possibilidade de que os moradores da favela tivessem acesso às mesmas vantagens que os do asfalto, no caso, o mesmo direito ao consumo de grandes marcas. A notícia faz questão de sublinhar, logo no início, que isso só foi possível com a presença da UPP nos territórios das favelas:

Após 30 anos afastadas dos morros cariocas por contra do poder paralelo, grandes empresas voltaram a ter como foco a população das comunidades que receberam Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio. O projeto abriu as portas para que marcas como Banco Santander, L’Oreal, Banco do Brasil, Sebrae e Light pudesse se inserir num mercado potencial que representa 1,3 milhão da população do estado e não passa por crise. (CARVALHO, T. 2015)

O que se pode observar é que existe uma intenção de ver as UPPs como um bom caminho para que a favela tenha acesso aos direitos sociais e econômicos que existem na cidade formal. Ainda que existam algumas críticas, principalmente, quando é a voz dos moradores que é ouvida, existe também uma forma de mostrar a UPP de forma mais branda, como algo quase que vantajoso, pois sua existência valida a entrada de serviços que antes não existiam no território, devido à territorialização do tráfico de drogas na cidade.

¹⁰ CARVALHO, T. Empresas voltam aos morros cariocas. O Dia Online, Rio de Janeiro, 30 de julho de 2015. Disponível em <http://odia.ig.com.br/noticia/riosemfronteiras/2015-06-30/empresas-voltam-aos-morros-cariocas.html>

Falando sobre essa relação entre moradores e polícias, e o conceito de polícia de aproximação, em uma notícia publicada em julho de 2015, intitulada *Capitão da PM deixa comando da primeira UPP do Rio, no Santa Marta*¹¹, mostra uma relação favorável entre moradores e a polícia. A notícia conta que, após três anos e meio comandado a UPP do Santa Marta, o capitão Márcio Rocha deixou o comando para passar a chefiar a UPP do Morro do Borel. A reportagem destaca ainda que a “política de aproximação” no território do Santa Marta foi um sucesso e que o mesmo esquema será implantado no Morro do Borel, justificando a transferência do comandante da UPP para outro território.

[...]“A saída para isso tudo é a educação”, defende o capitão, que há dois meses enfrentou uma até então inédita troca de tiros na favela — a primeira após a UPP. “Fazendo um balanço honesto, isso nos permitiu dar uma resposta rápida aos moradores, com apreensão de pistola e drogas, e três prisões. Meu maior medo era perder a confiança deles”, diz Rocha. “No Borel o desafio será maior, pois há relatos de apreensões de armas. Estou muito motivado, até pelo trabalho que já é feito lá.” (BALOCCO, 2015)

A matéria ainda conta com a declaração do capitão Márcio Rocha afirmando a necessidade de políticas públicas nos territórios das favelas que favoreçam a ascensão social pelo trabalho que, segundo a declaração, é desvalorizado pela cultura do tráfico — que promove um crescimento financeiro rápido. Nessa declaração é possível enxergar elementos de assinatura ligados ao pacote *Pobreza causa crime*. Ao afirmar que é apenas a questão financeira, como a rápida aquisição de dinheiro, que favorece o desenvolvimento do tráfico.

Outra declaração interessante de ser observada é a do presidente da Associação de Moradores do Santa Marta, José Mário Hilário. Segundo a reportagem, o presidente da Associação de Moradores teme que com o afastamento do antigo capitão, a política da polícia de proximidade acabe se perdendo, segundo ele: “o morador não quer perder o direito de ir e vir”. Nesse caso, pode-se observar que o pacote interpretativo dominante é *Liberdades civis sob ataque*, pois o temor do presidente da associação é que, sem o capitão que priorizava a filosofia da proximidade, a polícia das UPPs passe a reprimir os moradores do Morro Santa Marta.

¹¹ BALOCCO, A. Capitão da PM deixa comando da primeira UPP do Rio. O Dia Online, Rio de Janeiro, 11 de julho de 2015. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/riosemfronteiras/2015-07-11/capitao-da-pm-deixa-comando-da-primeira-upp-do-rio-no-santa-marta.html>

Durante a reportagem são apresentadas duas declarações, a primeira do capitão da UPP do Santa Marta e a outra do presidente da Associação de moradores. Ambas são favoráveis a permanência da UPP, exaltando a necessidade e as vantagens que o território, no caso, do Santa Marta, teve com a presença do programa de governo.

É importante observar que um ponto sobre as matérias selecionadas para as análises. Em sua maioria, elas relatam a relação entre moradores e a Polícia Militar nas favelas ocupadas pelas UPPs e a atuação de grupos e até dos próprios moradores em melhorar e dar visibilidade às questões das favelas. Contudo, em uma notícia publicada em setembro de 2015, vemos como se dão as consequências de um acontecimento que criou tensões entre os moradores da favela e do asfalto. Na matéria intitulada *Medo de agressões faz jovens esconderem origem no Tabajaras*¹² fala sobre a existência de grupos de “justiceiros” na zona sul que acabou criando um sentimento de medo em quem mora na Ladeira dos Tabajaras, comunidade próxima a praia de Copacabana. A reportagem relembra as notícias frequentes de arrastões que marcaram os meses de início do verão carioca e que foram noticiados como marcas da violência e descontrole na cidade, sendo atribuídas a jovens oriundos da periferia e moradores das comunidades do Rio.

Reinaldo Reis está dando aulas aos jovens que atuam no Centro Esportivo Rei da Bola, ensinando os meninos a disfarçar sua origem. A decisão, polêmica, foi tomada pelo medo de que eles sejam confundidos e agredidos pelos justiceiros que surgiram no bairro. (BALOCCO, 2015)

A reportagem destaca que os jovens precisaram “mudar algumas posturas” para não serem confundidos com os supostos acusados de fazer os arrastões na zona sul do rio:

Nunca imaginei que faria isso. Há um estereótipo de favelado, que usa boné para trás e, às vezes, cordões e anéis. A gente teme que eles sejam confundidos pelos lutadores, e por isso pedimos para evitar estas coisas ao menos neste fim de semana”, disse Reinaldo, também vice-presidente da União Comunitária, que reúne favelas do Centro e da Zona Sul. Assim que acabam as aulas, ele abre a roda ainda na quadra e começa o bate-papo. O comportamento nas ruas também está em pauta. (BALOCCO, 2015)

O pacote interpretativo mais marcante nessa notícia é *Liberdade civis sob ataque*, pois a reportagem mostra elementos interpretativos que mostram a privação de

¹² BALOCCO, A. Medo de agressões faz jovens esconderem origem no Tabajaras. O Dia Online, Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2015. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/riosemfronteiras/2015-09-26/medo-de-agressoes-faz-jovens-esconderem-origem-no-tabajaras.html>

liberdade dos moradores fora do território da favela. Porém, dessa vez não é a abordagem da ação das UPPs que está em voga, mas a ação dos próprios moradores do asfalto, a ação dos “justiceiros”. É interessante observar que, no ano de 2015, surgiram muitas notícias sobre os arrastões nos finais de semana do verão e que a visão predominante era dos moradores do asfalto, sempre com um teor de medo e de revolta em relação ao acontecido. Essa matéria do *Jornal O Dia* deixa uma visão do que acontece com o outro lado, com os moradores das comunidades próximas às praias do Rio.

Essa reportagem contrasta com outra, publicada em Julho, intitulada *Walking tour no Tabajaras*¹³ sobre a entrada da comunidade dos Tabajaras no circuito turístico da cidade, entrando no calendário do Rio Walking Tour, programa de passeios a pé pela cidade lançado pela prefeitura. A reportagem exalta o fato de que agora o Tabajaras faz parte do circuito turístico da cidade

Quem não é visto não é lembrado”, diz Gilmar Lopes, que criou a primeira empresa turística da favela onde nasceu — a Tabritur. “A iniciativa traz inclusão ao morro, dá visibilidade.” O primeiro passeio começa às 8h, quando um grupo de turistas subirá de van até o topo da comunidade a partir da Rua Sacopã, na Lagoa. De lá, serão guiados por Gilmar pelos becos e vielas do Tabajaras e Cabritos, com direito a conhecer as delícias gastronômicas das comunidades. “A imprensa só fala de violência na favela. Isso cansa. Aqui nós temos muitas coisas boas para mostrar.” (BALOCCO, 2015)

É interessante mostrar essas duas reportagens, tendo apenas um curto período de tempo entre elas, para mostrar como a favela tem se modificado pelas mãos dos próprios moradores e como o senso comum sobre esse território ser o local da violência, ainda é presente. Vemos de um lado a quebra do sentido de “cidade partida” ao incluir o território das favelas no guia turístico da cidade e do outro, a reprodução de preconceitos que persistem sobre o morador da favela e que acabam limitando o seu direito à cidade. Em contrapartida a outra matéria, esta contém elementos interpretativos do pacote *Extensão da cidade formal*.

¹³ BALOCCO, A. Walking tour no Tabajaras. O Dia Online, Rio de Janeiro, 4 de julho de 2015. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/riosemfronteiras/2015-07-04/walking-tour-no-tabajaras.html>

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As favelas do Rio de Janeiro são parte integrante da cidade há décadas e seu relacionamento com o resto da cidade é, por diversas vezes, visto como uma tensão e seu território como algo desconhecido para quem mora no asfalto. No entanto, pensar em novas narrativas para esse território é parte fundamental da sua inclusão na cidade e isso inclui a posição da mídia em como representar a favela e seus moradores.

Tendo isso em mente, esse trabalho se propôs a analisar as matérias da iniciativa *Rio Sem Fronteiras* do *Jornal O Dia*, que tem como objetivo mostrar reportagens que falem das favelas sob um enquadramento diferente da narrativa da violência, dos problemas estruturais e da falta de serviços públicos, mais comum nos noticiários. A partir da análise de oito matérias e uma nota, entre notícias sobre iniciativas dos territórios das favelas e notas sobre acontecimentos, e apoiado nos pacotes interpretativos adaptados a partir do conceito de Katherine Becket – definidos em quatro temas principais – foi possível concluir três pontos importantes.

O primeiro deles é a presença constante do pacote *Liberdade civis sob ataque*. Das matérias selecionadas, a maioria apresentava esse pacote interpretativo como o dominante no discurso: quatro contavam com esse pacote interpretativo como predominante (57,1%), enquanto duas apresentavam o mesmo pacote em segundo plano. Isso mostra que o objetivo da iniciativa de ser uma voz dissonante dentre os noticiários sobre a favela foi, de certa forma, cumprida. Esse pacote, como descrito anteriormente, é marcado pela denúncia das medidas mais duras tomadas pela polícia em relação aos moradores das favelas. A maior incidência desse pacote interpretativo pode ser uma evidência de que o jornal prioriza o discurso dos moradores em suas notícias, mostrando os problemas relativos à comunidade e a interação da polícia com os moradores da favela, em certos casos.

Outro pacote interpretativo predominante nas análises é o *Extensão da cidade formal*. O pacote aparece em quatro das oito matérias selecionadas, sendo duas vezes em segundo plano. Esse pacote descreve a favela como parte da cidade, no entanto, a presença da UPP garante que os direitos nessas localidades sejam garantidos, diferente do que acontece com os cidadãos da cidade formal. A presença desse pacote destaca que

a visão do jornal sobre as Unidades de Polícia Pacificadora tende a ser positiva. Seja pela declaração do jornalista idealizador da iniciativa em entrevista para esta pesquisa, seja pela presença do discurso apaziguador frente a presença da UPP nos territórios das favelas, como destaca a matéria intitulada *Empresas voltam aos morros cariocas*. Nessa matéria, por exemplo, os elementos discursivos mais marcantes são aqueles que mostram como os direitos estão garantidos pela presença das Unidades de Polícia Pacificadora, ao afirmar que empresas só voltaram ao território das favelas após a entrada da UPP. Ou seja, o direito ao consumo, característico da “cidade formal” está garantido.

Apesar da visão positiva das UPPs, é possível perceber as diferenças de agendamento do *Rio Sem Fronteiras* ao abordar iniciativas de dentro das favelas e ao ouvir os problemas que esses territórios possuem pela voz dos próprios moradores. Ao se distanciar dos noticiários sobre violência e drogas na favela, a iniciativa tende a dar mais voz aos moradores, desfazendo o conceito do “outro” e do território da favela como algo hostil, distante do resto da cidade. Mesmo nas reportagens que favorecem as UPPs, as fontes não oficiais são declarações dos próprios moradores, como mostra a reportagem *Capitão da PM deixa comando da primeira UPP do Rio, no Santa Marta*, onde mostra uma relação vantajosa entre os moradores e a polícia, afirmados pela “política de proximidade”.

É possível concluir que o *Rio Sem Fronteiras* tem visão diferente do senso comum, no que se diz respeito ao senso comum vigente sobre as favelas do Rio de Janeiro. A iniciativa se afasta dos noticiários de violência e drogas para dar uma nova interpretação a favela na cidade. No entanto, existe um favorecimento à existência das UPPs que é, por vezes, confirmado tanto por fontes oficiais, aquelas que são ligadas ao estado, quanto as não oficiais, como presidentes de associações de moradores da favela e organizações não governamentais (ONGs). Das matérias que tinham como tema a UPP três tinham declarações de fontes oficiais ligadas à Polícia Militar. Contudo, as três matérias que tinham como tema principal a ação da PM ou da UPP, continham declarações de moradores das favelas. Nas matérias que apresentavam algum conflito dos moradores com os policiais da UPP - *O DIA promove fórum em busca de paz no Alemão* e *Sem festa de São Jorge, Turano lamenta* – as declarações oficiais e não oficiais ficam em pé de igualdade. Na primeira, são seis declarações oficiais e seis não

oficiais, todas favorecendo o estabelecimento de um diálogo entre os moradores do Complexo do Alemão e as UPPs. Já na segunda, há a declaração dos moradores frente uma proibição dos policiais da UPP, seguida de uma justificativa da assessoria das UPPs explicando o motivo para essa proibição.

Mesmo sendo uma iniciativa diferenciada em um jornal de grande circulação na cidade, o *Rio Sem Fronteiras* pode não ser um instrumento mais amplo de mudança, pois ainda observa a favela como alguém de “fora”, que precisa da presença das UPPs para entrar no território. Ainda há muito o que se mudar quando se diz respeito ao discurso dominante em relação à favela. Uma das matérias analisadas é uma amostra de como é visto quem mora na favela por quem mora no asfalto. Na notícia intitulada *Medo de agressões faz jovens esconderem origem no Tabajaras* os moradores da favela precisam disfarçar seus trejeitos e se vestir de forma diferente do que estão acostumados por medo de serem atacados por justiceiros. Após as constantes notícias de arrastões nas praias da zona sul, os jovens das favelas se sentem ameaçados pelos jovens no asfalto.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros e capítulos:

BURGOS, M. *Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro*. Em: ZALUAR, A; ALVITO, M (Orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 25 – 60.

ENNE, A. L. . *Identidades como dramas sociais: descortinando cenários da relação entre mídia, memória e representações acerca da Baixada Fluminense*. In: RIBEIRO, A e ALVES, L. (Orgs.) **Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação**, Rio de Janeiro, Mauad Editora Ltda, 2007. p. 80 – 102.

HOHLFELDT, A. *Hipóteses contemporâneas de pesquisa em Comunicação*. In: HOHLFELDT, A. *et al* (Org.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MISSE, M. *Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação*. In: MISSE, M. **Acusados e acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações**. Rio de Janeiro: Editora Revan/Faperj, 2008

PAIVA, R.; SODRÉ, M. **Cidade dos artistas: cartografia da televisão e da fama no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2004.

SOARES, M. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática** . São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 272 p. Disponível em <http://books.scielo.org/id/kgsw8/pdf/soares-9788579830181-04.pdf>>acesso em 24/02/2016.

SOUZA e SILVA, J. Um espaço em busca do seu lugar: as favelas para além dos estereótipos In: **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. PPGEO - UFF, p. 107-125, 2007

VALLADARES, L. **A Invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005

Artigos e publicações de eventos

DANTAS, M. VIMIERO, A. Entre o explícito e o implícito: proposta para a análise de enquadramentos da mídia. Encontro dos Programas de Pós-graduação em Comunicação de Minas Gerais Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação, democracia e cidadania”, do II Ecomig, UFMG, Belo Horizonte, setembro de 2009. II

FONSECA, A. MONTALI, L. O Programa de Renda Mínima de Campinas: uma estratégia de combate à pobreza urbana. GT Estudos Urbanos, XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu: 22-29 de outubro de 1996.

JAGUARIBE, B. Imaginando a Cidade Maravilhosa: modernidade, espetáculo e espaços urbanos. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 327-347, maio/agosto 2011

MCCOMBS, E.; SHAW, L. The Agenda-Setting Function of Mass Media. *The Public Opinion Quarterly*. Oxford University. v.36, n. 2, p. 176-187, 1972.

MISSE, M. Rearranjos de Poder no Rio de Janeiro. *Le Monde Diplomatique* (Brasil). 2011, p. 6-7. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=959>

MISSE, M. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. *Revista Lua Nova*, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. São Paulo, número 79, pp. 15-38, 2010.

PEREIRA, P. **Segurança para quem? O discurso midiático sobre as Unidades de Polícia Pacificadora**. 2012. 120f. Dissertação (mestrado) em Comunicação e Cultura – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2012. PDF.

PORTO, M. **Enquadramentos da Mídia e Política** In: XXVI ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS – ANPOCS. 22 a 26 de outubro de 2002. Caxambu/MG, Brasil. Disponível em <<http://www.anpocs.org/portal/index.php?>

TERKILDSEN, N.; SCHNELL, F. How Media Frames moves public opinion: analysis of women’s movement. *Political Research Quarterly*. Oklahoma State University. v.50, n 4, p.879-900, 1997.

VAZ, P; LISSOVSKY, M. Notícias de Crime e Formação da Opinião Pública: o caso do referendo sobre o comércio de armas no Brasil. *Revista LOGOS* 27: Mídia e democracia. Ano 14, 2º semestre 2007

VAZ, P. Vítima virtual e mídia In: **Vigilância, Segurança e Controle Social na América Latina**, Curitiba: PUCPR, 2009

VAZ, P.; BAIENSE, C. **Mídia e enquadramento: as representações da favela na virada do século XXI**. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 2011, Guarapuava, PR: Unicentro, 2011.

Sites consultados:

<http://acervo.estadao.com.br/>

<http://odia.ig.com.br/>

<http://observatoriodaimprensa.com.br/>

Anexo II

VIVA VOZ			
 <p>SÍLVIA RAMOS Diretora do Cesec</p>	 <p>EDUARDO ALVES Observatório de Favelas</p>	 <p>J. MARIANO BELTRAME Secretário de Segurança</p>	 <p>LÚCIA CABRAL Educap, Alemão</p>
<p>“Estava faltando sentar para falar e ouvir, ao mesmo tempo, correntes diferentes. Precisamos achar quais as saídas”</p>	<p>“Guerra às drogas é papo furado. O que temos é a reconstrução de uma cidadania no Rio, com direitos e dignidade iguais”</p>	<p>“Nunca tive problema em admitir que temos problemas. Mas reitero: também almejamos a paz. Parabéns ao DIA”</p>	<p>“É importante um diálogo para tentar entender o que está se passando aqui. A comunidade está revoltada”</p>
 <p>DAIENE MENDES Voz da Comunidade</p>	 <p>INÁCIO CANO Diretor do LAV/UERJ</p>	 <p>PEDRO STROZENBERG Diretor do Iser</p>	 <p>ADÍLSON PIRES Vice-prefeito do Rio</p>
<p>“Acho que este fórum vai ser um marco na tentativa de fugir deste curculo vicioso que temos vivido. É revolucionário”</p>	<p>“A situação é crítica e o fórum me parece salutar. A polícia não tem tido chance de debater e de se colocar”</p>	<p>“Sempre se soube que não seria fácil dar uma resposta precisa para o Alemão. Por isso é necessário parar, refletir e agir”</p>	<p>“Estamos num momento crucial para as UPPs. Nós todos temos que ter tranquilidade. É hora de falar e de escutar”</p>
 <p>ALAN BRUM Raízes em Movimento</p>	 <p>JOSÉ MÁRIO HILÁRIO Associação do Santa Marta</p>	 <p>JÚNIOR PERIM Diretor do Circo Crescer e Viver</p>	 <p>PEDRO VEIGA Rio + Social, prefeitura</p>
<p>“É importante o diálogo para se construir políticas públicas que superem a violação que tem ocorrido no Complexo”</p>	<p>“O fórum vai descortinar para a sociedade o movimento de transformação que acontece nas favelas do Rio”</p>	<p>“O fórum, feito por um veículo como O DIA, é o melhor indicativo de que há um desejo por um pacto pela paz. Parabéns”</p>	<p>“O fórum do DIA vem de encontro ao que falo há anos: como pactuar novas soluções para velhos problemas”</p>

9.APÊNDICE:

APÊNDICE A – Entrevista realizada na Área Programática 4.1

Há quanto tempo o projeto existe? Qual foi a principal motivação para a sua criação?

O 'Rio, Cidade sem Fronteiras' foi criado em novembro de 2012, idealizado por um dos novos acionistas do jornal, percebendo a ascensão de uma nova classe média no Brasil e no Rio de Janeiro. Eu, carioca da gema, estava em São paulo desde 2010, editando o jornal esportivo MARCA BRASIL, do mesmo grupo que controla O DIA. De lá, observava, a cada vez que vinha ao Rio, uma nova cidade emergindo, com maior sensação de segurança e tentativas de se incluir as favelas à cidade formal. Em novembro de 2012 recebi o convite para voltar à cidade e assumir o programa, que então ganhou seu formato - imersão nas favelas, criação de rede com seus agentes, empoderamento de lideranças e do território, debates e reportagens sobre a vida e os problemas nas favelas. Um ano depois nasceu seu primeiro filhote, o Guia das Comunidades, que aproveita esta rede e mostra uma favela para se visitar. Por fim, em 2014, a aproximação com a academia, trazendo pensadores para debater no jornal e, assim, associando-os à rede criado pelo RSF.

Por que a opção pelo meio on-line? As notícias do *Rio Sem Fronteiras* também saem na versão impressa do O Dia?

Na verdade o projeto é, em seu nascedouro, para o jornal impresso. Ainda estamos engatinhando na versão online devido a dificuldades de infraestrutura. Mas esperamos crescer nela. Porém, o RSF é, basicamente, um projeto para manter vivo o interesse pelo jornal impresso, já que o mesmo só sobreviverá se apresentar diferenciais em relação ao online.

Qual é a frequência de atualização do site?

A página dentro do Dia Online é atualizada apenas uma vez por semana, geralmente às segundas-feiras. Como nossa agenda é imensa e somos apenas duas pessoas (eu e minha repórter), muitas vezes não conseguimos atualizá-la. No facebook é quase que diário: sempre que sai uma reportagem (sim, também temos dia a dia no jornal impresso), ela sobe para o face. Estas reportagens também entram em 'últimas' no site do *Rio Sem Fronteiras*.

Como as pautas são elaboradas? Os repórteres estabelecem contato com as organizações que atuam nas comunidades? Como é feito esse contato com a fonte?

Acho que esta pergunta foi respondida na primeira. Não há reunião de pauta: hoje, recebemos muitas demandas, vias redes sociais, emails e telefonemas, já que somos, na grande mídia, uma espécie de porta-voz das favelas e periferias. o Guia das Comunidades sim, tem reuniões de pauta mensais a cada edição.

Quais são as comunidades mais abordadas nas reportagens até agora? Por quê?

De uma maneira geral as comunidades que contam com UPPs, já que com elas não precisamos negociar nossa entrada nas comunidades com o poder paralelo. mas também noticiamos fatos em favelas sem UPPs, só que em menor escala. Debates (já fizemos 12...) só em favelas pacificadas.

Quais são os principais temas abordados pelo projeto? Por quê?

Abordamos desde problemas nas favelas até desmandos de autoridades. Mas gostamos, principalmente, de mostrar os personagens destas comunidades, num esforço para diminuir as fronteiras entre asfalto e favela.

Como é a experiência de ter um projeto como esse dentro de um jornal como "O Dia"?

A experiência é simplesmente maravilhosa. Poder entrar em favelas e ver o seu potencial criativo, sua capacidade de empreender, sua sustentabilidade, me dá esperança

de dias melhores para nosso país. Como jornalista, sempre sonhei em mudar o mundo. Não tenho mais esta pretensão, mas acredito que dou minha contribuição com este trabalho, graças à incrível percepção de meus chefes imediatos, que nos dão liberdade de ação.